

Histórias, uma história e a História — sobre as origens das modernas Ciências Sociais em Portugal

1. *Nem estudo, nem relato: um depoimento*

Em fins de Janeiro de 1963, apareceu o número 1 da *Análise Social*. Surge agora o número 100. Que se passou entretanto?

Que se passou entre o momento do magro e tímido algarismo inicial e o do acrescentamento a esse algarismo dos dois redondos zeros que se lhe vieram juntar? Que foi, que fez, para que serviu a *Análise Social*? Mas, antes disso: donde veio, como veio e a que veio a *Análise Social*?

Um dia, e gostaria de que esse dia já não viesse longe, direi talvez como a *Análise Social* esteve ligada, pelas razões do seu aparecimento, a coisas grandes e distantes, e a coisas bem mais pequenas e próximas, mas todas elas importantes. Um dia direi talvez como a *Análise Social* esteve ligada, pelas razões do seu aparecimento, à crise do Estado liberal no entre-duas Guerras Mundiais; ao surto e sucesso, na sequência dessa crise, dos Estados autoritários e totalitários que se impuseram a tantas nações; à história do Marxismo e do Socialismo na sua degenerescência estalinista; à Resistência francesa ao ocupante nazi; à história da Igreja Católica, durante os papados de Pio XI, Pio XII e João XXIII; à crise da Filosofia europeia, com o abandono definitivo do positivismo e do cientismo e a prevalência temporária das filosofias existenciais, fosse qual fosse a sua orientação. E direi talvez também como esteve ligada em Portugal, pelas razões do seu aparecimento, à existência do Salazarismo, à sua perduração e também ao seu declínio; à resistência ou oposição ao Salazarismo, por sob e por dentro do Salazarismo; à promissora industrialização dos anos 50 e ao seu amortecimento na década seguinte; ao desenvolvimento de novas classes médias urbanas, muito diferentes das tradicionais; ao crescimento e à diferenciação do aparelho de Estado e à sua tecnicização relativamente rápida, embora limitada; às ambiguidades da Igreja portuguesa perante o Estado, já na fase de envelhecimento e descrédito cada vez maior da Ditadura; à espectacular expansão da população universitária estudantil e à progressiva tomada de consciência de si mesmos pelos estudantes, como força social e política; à crescente inadaptação das Universidades às mudanças sociais que as percorriam e percorriam toda a sociedade; à formação e evolução de todo um pensamento social «desenvolvimentista».

Direi talvez tudo isso, e direi talvez mais. Mas nada do que então direi significará, no meu espírito, que a *Análise Social* surgiu porque tinha inevi-

tavelmente de surgir, dadas as circunstâncias. Não significará que a *Análise Social* foi, a meu ver, produto de puros determinismos objectivos, causalmente encadeados numa conjugação e sequência que não podiam deixar de ter, em dado momento, o efeito de fazer aparecer a revista. A *Análise Social* surgiu, como tantas coisas pequenas e grandes no tempo e na História, de um projecto contingente, de um acto e um gesto voluntaristas e acidentais. Houve quem a quisesse, mas poderia não ter havido: foi porque houve que existiu. Sem a vontade dos que a quiseram e fizeram, provavelmente a história das ciências sociais teria sido assaz diferente no nosso País. Como Tocqueville diria a propósito da revolução de 1848 em França, também eu poderia aqui dizer, um pouco grandiloquentemente: «je hais ces systèmes absolus, qui font dépendre tous les événements de l'histoire de grandes causes premières se liant les unes aux autres par une chaîne fatale, et qui suppriment, pour ainsi dire, les hommes de l'histoire du genre humain.» Por conseguinte, quem é que quis e fez a *Análise Social*? Quem foram aqueles cuja vontade, gesto e acto se acrescentaram a todo um circunstancialismo de condições necessárias e favoráveis, mas não suficientes, para a fazer nascer?

Eis aí as interrogações a que procurarei seguidamente dar resposta. São interrogações minhas, mas será útil sumariá-las por uma vez: donde veio, como veio e a que veio a *Análise Social*? quem foram os homens e mulheres que a quiseram e para que a quiseram? que foi, que fez, para que serviu a *Análise Social* nos vinte e cinco anos que já sobre ela passaram?

Não vou tentar responder numa exposição bem ordenada, sistemática, moldada num suporte perfeitamente lógico. Nem tão-pouco vou tentar responder num relato de acontecimentos que acompanhe com rigor a sua cronologia e os seus efeitos. Vou simplesmente fazer um depoimento — um depoimento que farei, quanto possível, em jeito de conversa. Uma vez relatarei factos, outras envolvê-los-ei em breves alusões ou apreciações sintéticas; também farei interpretações, que serão largamente pessoais, e emitirei juízos de valor, que dependerão dos meus critérios próprios; além disso, extrairéi do passado para o presente lições com que nem todos concordarão; não terei a preocupação obstinada de ser objectivo em domínios de tão grande subjectividade; procurarei, no entanto, sustentar em factos todas as minhas afirmações.

Se alguém me fizesse as perguntas que aqui me faço, responder-lhe-ia como aqui me responderei. É evidente, porém, que o interlocutor teria todo o direito de rapidamente se enfadar. Provavelmente, é o que vai suceder ao meu improvável leitor.

2. Como foi e onde foi o primeiro começo

Lembro-me como se ontem fosse, ou hoje mesmo, do dia, ou melhor, do fresco fim-de-tarde em que o Prof. José Pires Cardoso nos convocou para uma reunião inesperada e sem assunto marcado. Quem éramos «nós», porém, e quem era o Prof. Pires Cardoso? Nós éramos os bem poucos mem-

bro em parcialíssimo tempo do ínfimo Gabinete de Estudos Corporativos¹, e ele era o Director.

Reunimo-nos; e só então ele nos revelou o motivo da reunião. O Ministro das Corporações e Previdência Social, que era então o Prof. José João Gonçalves de Proença, pretendia criar junto do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, o ISCEF, um centro de estudos sociais e corporativos. O centro seria fundado ao abrigo de uma lei mirífica, chamada do «Plano de Formação Social e Corporativa», uma lei a que eu chamava, sem graça nenhuma, a lei do «aero-Plano». Já obtivera o assentimento do Ministro da Educação Nacional e do Director do Instituto, e havia convidado para dirigir o novo centro o Prof. Pires Cardoso. Este tinha respondido, naturalmente, que se sentia muito honrado pelo convite, mas que só o poderia aceitar se o novo centro se constituísse a partir da extinção do Gabinete de Estudos Corporativos, a que nós pertencíamos, e da transferência para ele da pequena equipa que no Gabinete reunira e dos bens — sobretudo os livros — que para o Gabinete tinham sido adquiridos.

Recebi a comunicação do Prof. Pires Cardoso simultaneamente com alvoroço e inquietação. Tinha entrado para o Gabinete de Estudos Corporativos dez anos antes, em Janeiro de 1952, pouco após a minha formatura em Ciências Económicas e Financeiras. Nessa altura era corporativista. O Prof. Pires Cardoso, através das suas lições de Direito Corporativo, que eram brilhantes e onde expunha, antes de entrar propriamente nas matérias jurídicas, os fundamentos teóricos de um corporativismo autónomo e de associação, convencera-me, do alto da sua cátedra, de que esta doutrina, o corporativismo, podia constituir uma «terceira via» entre, como ele dizia, o individualismo e o colectivismo, isto é, entre o capitalismo e o socialismo. Não fora, porém, necessário muito tempo para que as maiores dúvidas me assaltassem. Expusera-as em 1954 no meu primeiro livro, que tinha o título *Situação e problemas do corporativismo*, e o muito mais significativo subtítulo de *Princípios corporativos e realidades sociais*. Nesse livro, eu procurava demonstrar, e demonstrava efectivamente, a total descoincidência entre os princípios corporativos e as realidades sociais. Mas, «idealisticamente», como era próprio naquele tempo de um jovem adulto católico, ainda acreditava que a «ideia» corporativa, como eu dizia, poderia, apesar de inteiramente contrária às realidades sociais, vir a realizar-se na sociedade, desde que os homens se lhe convertessem.

Anos depois, fora convidado pelo Ministro Veiga de Macedo para dirigir, junto do Ministério das Corporações, um Centro de Estudos Sociais e Corporativos entretanto criado e que, em princípio, deveria ser o mentor, precisamente, do dito «Plano de Formação Social e Corporativa» de alcance

¹ O Gabinete de Estudos Corporativos funcionava no Centro Universitário de Lisboa da Mocidade Portuguesa. Creio que foi criado em 1949, por iniciativa de um pequeno grupo de alunos do Prof. Pires Cardoso que eram também filiados da M. P. Como o Prof. Pires Cardoso fez notar no Editorial do último número da *Revista do Gabinete de Estudos Corporativos*, a M. P. não interferiu nunca na orientação do Gabinete. A inauguração deste último tinha sido assinalada por uma sessão solene na Sociedade de Geografia, durante a qual Marcello Caetano proferira a célebre conferência em que dissera que um Ministério das Corporações fazia tão pouco sentido num Estado Corporativo como o faria, num Estado Liberal, um Ministério da Liberdade.

nacional. Aceitara o encargo. Aceitara-o, mas não porque ainda acreditasse, pelo contrário, já descreia inteiramente de que a «ideia» corporativista pudesse ser inculcada aos incréus, através de um trabalho ideológico insistente e bem fundamentado, junto de patrões e trabalhadores. Parecera-me que seria uma experiência a tentar, a de montar e pôr a funcionar no Ministério das Corporações um organismo onde se estudassem com rigor os problemas de índole social, que esse Ministério tinha, em princípio, de enfrentar e de procurar resolver. Constituíra uma boa equipa, formada, na sua maior parte, por alguns dos meus melhores ex-alunos do ISCEF, alunos dos mais altamente classificados nos respectivos cursos. Em dois anos, essa equipa produzira comigo um conjunto de estudos que penso terá tido alguma influência sobre a evolução que, mais tarde, o Ministério das Corporações veio a registar, no sentido de se transformar num Ministério do Trabalho e de chegar ao 25 de Abril *quase* prestes a *poder* funcionar como um Ministério do Trabalho.

Durante algo mais de dois anos dedicara-me a essa tarefa. Mas uma das condições que eu pusera à partida, para aceitar a direcção do Centro, fora a de o Centro ter um órgão de expressão pública, uma revista, e de essa revista ser da exclusiva responsabilidade do Centro e minha, enquanto director. Quando chegara o momento de se criar a revista, até porque já se dispunha de artigos para vários números, o Ministro recusara. Ele recusara, e eu recusara ficar.

Voltara, pouco depois, para o Gabinete de Estudos Corporativos do Prof. Pires Cardoso, onde continuara a participar nos respectivos trabalhos, em quase completa obscuridade, porque o Gabinete praticamente não tinha audiência exterior. De facto, aqueles que estavam no Gabinete e nele iam produzindo e discutindo em comum os seus estudos e os seus artigos, o que de facto faziam, em relação à revista do Gabinete, era aproveitá-la para imprimir os seus textos e tirar deles separatas; depois, ofereciam-nos a quem lhes interessava que os lessem e punham à venda algumas centenas de exemplares nas livrarias. O Gabinete era, assim, simultaneamente um nó de ligação entre eles, uma ponte, e também um suporte material da sua expressão pública.

Assim tinham ido as coisas, ano após ano, até 1962. Mas em 1962 eu já estava, e os outros creio que já estavam também, cansados da obscuridade que envolvia o Gabinete e a sua revista. Por isso fiquei simultaneamente alvoroçado e inquieto perante a comunicação que, naquela tarde, o Prof. Pires Cardoso nos fez. Alvoroçado, porque nos surgia a aparente oportunidade de sair da obscuridade, em que estávamos, para a exposição à luz no espaço universitário; e inquieto, porque o centro a criar continuaria a dizer-se, de acordo com a intenção do Ministro, de estudos sociais e *corporativos*; ora, esta última denominação, eu e todos os demais sabíamos que era como um cerco à nossa volta, um muro que nos encerrava num vazio e nos cortava a comunicação com o exterior. Ninguém estava interessado em ler fosse o que fosse que tivesse origem em algo que se denominasse «corporativo»: o descrédito do corporativismo era total.

Dissemos, pois, ao Prof. Pires Cardoso, em resposta à sua comunicação, que se o novo centro se chamasse de estudos sociais e corporativos, não entraríamos nele, não iríamos para junto do ISCEF, não continuaríamos sequer no Gabinete de Estudos Corporativos existente. Já bastava de «cor-

porativos»... Houve um momento de tensão. Mas o Prof. Pires Cardoso, com a sua admirável maneira de ser e a sua incomparável capacidade de aceitação sem ofensa da «irreverência» dos mais novos, quebrou-o e disse com bonomia: «Bom, vamos pensar nisto. Fazemos nova reunião para a semana.»

Na semana seguinte, fizemos pois nova reunião. Não sendo já apanhado de surpresa, eu tinha propostas concretas a fazer. Tinha pensado no ISCEF e no que havia no ISCEF. Pensara em que no ISCEF havia um centro de estudos chamado Gabinete de Investigações Económicas; pensara em que esse Gabinete editava uma revista, muito interessante, intitulada *Análise Económica*, da qual era animador Francisco Pereira de Moura e que se destinava essencialmente a apoiar o trabalho pedagógico nas cadeiras de Teoria Económica. Pensara em tudo isso e encontrara um paralelo possível e a ideia de um paralelismo a propor. O paralelismo, muito simples, seria: ao Gabinete de Investigações Económicas fazer corresponder um Gabinete de Investigações Sociais, e à revista *Análise Económica* fazer corresponder uma revista *Análise Social*. Foi o que de facto propus.

Obtive imediatamente apoio de todos. Quanto ao Prof. Pires Cardoso, a sua reacção foi comedida e não imediatamente aceitante; mas mostrou-se bem impressionado. Compreendi que, muito provavelmente, a minha proposta acabaria por ser aceite por ele. Voltámos a reunir-nos alguns dias depois. Dessa vez, quando o Prof. Pires Cardoso se sentou à mesa das reuniões, a primeira declaração que fez foi a seguinte: «Bom, estou convencido. Agora sou eu que adopto a vossa ideia: Gabinete de Investigações Sociais, *Análise Social*. Sou eu mesmo que a vou defender junto do Ministro.»

Ao natural e unânime regozijo que acolheu da nossa parte as palavras do Prof. Pires Cardoso seguiu-se um tempo de reflexão sobre o que havia a dizer ao Ministro. Porque, naturalmente, não era fácil dizer a um Ministro das Corporações que o corporativismo de todo em todo nos desinteressava. Conseguimos, já não sei como, acertar os argumentos. Passámos depois a examinar a posição a assumir nalguns pontos de crucial importância, principalmente a forma de designação do director do Gabinete e a forma da articulação entre o Gabinete e o ISCEF. Quanto ao primeiro ponto, acordámos, a fim de garantir que nunca seria director do Gabinete alguém estranho ao nosso grupo, em que o director fosse nomeado pelo director do ISCEF, mas sob proposta dos membros do Gabinete, e em que, além disso, o primeiro director fosse estatutariamente o director do Gabinete de Estudos Corporativos a extinguir, isto é: o Prof. Pires Cardoso. Quanto à forma da articulação entre o Gabinete e o ISCEF, concordámos em que poderia haver no Gabinete um conselho de orientação sem funções directivas, que poderia ser formado por representantes das diversas disciplinas dos cursos do ISCEF às quais o Gabinete mais interessasse, e presidido pelo director do ISCEF.

Munido destas ideias, o Prof. Pires Cardoso logo dali pediu pelo telefone audiência ao Ministro das Corporações. E sendo-lhe logo então marcada a audiência, também ficou combinada nova reunião para o dia seguinte à entrevista. Quando a nova reunião se efectuou, logo de entrada o Prof. Pires Cardoso informou que o Ministro aceitara tudo, e que nos cabia agora elaborar um projecto de regulamento do Gabinete de Investigações Sociais. A sua homologação pelo Ministro da Educação Nacional e pelo Ministro

das Corporações seria o acto de fundação do próprio Gabinete. Fez-se o regulamento. Demorou uma ou duas reuniões a elaborar. Depois, o Prof. Pires Cardoso enviou-o ao Ministro das Corporações. Então, passaram-se alguns meses, para mim de alguma ansiedade.

Em Setembro, finalmente, chegou um ofício do Ministério das Corporações e Previdência Social em que era comunicado ao Prof. Pires Cardoso que o Regulamento proposto tinha sido homologado pelos dois Ministros. O Gabinete de Investigações Sociais estava por fim criado, e com ele fundada estava a *Análise Social*.

3. Fez parte duma estratégia do Regime?

Eu tivera clara consciência de que arriscava muito naquele fim de tarde em que dissera ao Prof. Pires Cardoso, em coro com os demais, que não queria ir para um centro de estudos sociais e corporativos e também que não ficaria por mais tempo no Gabinete de Estudos Corporativos.

Objectivamente, arriscava pouco, porque ter o Gabinete de Estudos Corporativos era de facto ter muito pouco. Mas, sendo muito pouco, era tudo o que tinha.

Naquela tarde, o Prof. Pires Cardoso poderia ter-se formalizado e ter respondido: «pois se quer ir-se embora, vá já.» Tinha, na verdade, todo o direito de considerar que eu estava a ser ingrato e mesmo incorrecto. Durante dez anos, permitira que eu fizesse no Gabinete de Estudos Corporativos apenas o que eu queria fazer, que nele estudasse apenas o que nele queria estudar, que nele escrevesse e publicasse apenas o que nele me interessava escrever e publicar. Em contrapartida do espaço de liberdade que me assegurara, eu apresentava-lhe, no último momento, um ultimato. Creio que contei, e os outros também, com que o Prof. Pires Cardoso não reagiria desse modo. E de facto não reagiu assim. Disse somente que ia pensar e pediu que todos pensassem também.

Pensaram. Facilmente daí saiu a ideia e o projecto do Gabinete de Investigações Sociais, daí saiu a ideia e o projecto da *Análise Social*.

Já li algures que estas ideias e estes projectos fizeram parte de uma estratégia do Salazarismo, numa tentativa de revivescência e adaptação a novos tempos e novas circunstâncias. De facto, não creio que, naquela data, tenha havido tal estratégia; muito menos creio que o nascimento do GIS e da *Análise Social* tenha feito, se porventura houve, parte dela.

A *Análise Social* e o Gabinete de Investigações Sociais nasceram da conjugação entre um grupo, um homem e um Ministro.

O grupo era o que se encontrava reunido no Gabinete de Estudos Corporativos. Era um grupo que queria manter-se coeso e dispor de um órgão de expressão pública, respeitado, bem aceite e com larga audiência. Um grupo que queria ter uma revista que não apenas o exprimisse, mas que fosse também um pólo de atracção para outros que queriam igualmente exprimir-se publicamente e que pensavam como ele ou estavam muito perto dele. Não era um grupo político. Formavam-no homens já a entrar na casa dos trinta ou já nela entrados, quase todos economistas, e todos ex-militantes ou ex-dirigentes da Juventude Universitária Católica, a organização oficial, criada

e reconhecida como tal pela hierarquia da Igreja, dos estudantes universitários católicos. Tinham entrado para a Universidade sem grandes preocupações *políticas*, ou antes, com uma única grande preocupação política, que era então mais ou menos de toda a gente: que aconteceria no País quando Salazar morresse. Tinham, porém, saído da Universidade cheios de preocupações *sociais*. O atraso do País, a miséria de tanta gente, as clamorosas desigualdades que por toda a parte se viam, indignavam-nos e atormentavam-nos: não podiam conformar-se com elas. Na medida em que se tinham apercebido de que o Regime não só pactuava com o atraso, a miséria e as desigualdades, como obstava ao desenvolvimento, à melhoria das condições de vida, ao progresso social, e fazia recair sobre os mais desfavorecidos todo o desfavor dos custos humanos e económicos de uma ordem social injusta, tinham-se desapegado progressivamente do Salazarismo em que se haviam formado e que os formara, tinham-se tornado cada vez mais críticos em relação ao Regime, tinham chegado à convicção de que sindicalismo livre, liberdades públicas e Democracia eram necessários em Portugal. Não tinham chegado à crítica do Regime partindo da Democracia; pelo contrário, tinham chegado à Democracia partindo da crítica do Regime. Quando haviam aparecido na arena pública, as gentes do Regime tinham-nos acolhido esperançosamente; consideraram que eram jovens de «sangue na guelra» e irreverentes, mas inteligentes, competentes e sobretudo com «boa formação», isto é: bem formados nos princípios morais e religiosos da Santa Madre Igreja Católica, Apostólica e Romana. Pensaram que, com o tempo, ganhariam juízo e moderação. Com o tempo, porém, nem juízo, nem moderação lhes tinham vindo. Começaram então a ser vistos, primeiro com desconfiança, depois com hostilidade. Nunca, no entanto, os olharam como olhavam os ateus ou comunistas. De certa forma, fizeram a seu modo o possível por tolerá-los, conquanto não excedessem os limites do absolutamente intolerável. Viam-nos, no fundo, como pertencendo à sua mesma «grande família», embora desnorteados e transviados — o que, evidentemente, não sucedia com os ateus confessos, muito menos com os confessos comunistas. Desde muito antes da criação da *Análise Social* e do GIS, eles serviram-se desse ambíguo estatuto que os maiorais do Regime lhes atribuíram. Serviram-se dele como cobertura parcial para poderem fazer o que queriam fazer e de que o Regime não gostava; mais tarde, já no GIS e na *Análise Social*, serviram-se dele também para poderem fazer o que fizeram e de que o Regime ainda menos gostou. Juntos, insisto, não formavam um grupo político; mas a revista que quiseram e fizeram tinha um intuito político: mostrar as realidades sociais que o Regime ignorava ou escondia, desmontar as ocultações sociais que serviam ao Regime para se justificar a si próprio ou para impedir que se revelassem os seus aspectos sociais mais clamorosos. Esta era e esta foi a «estratégia» do grupo, se acaso estratégia houve.

O homem era o Prof. José Pires Cardoso. Era um homem de facto excepcional, de uma inteireza moral sem restrições e cuja permanente frescura de espírito lhe permitia sintonizar sempre com aqueles que vinham após ele, com as ideias, os projectos, os propósitos dos mais novos. Neste caso, os mais novos eram, junto dele, os que formavam o Gabinete de Estudos Corporativos. Nunca lhes pediu, muito menos lhes exigiu, que pensassem *como* ele, apesar da sua profunda crença no corporativismo, doutrina que procurou aliás erguer da mediocridade em que jazia em Portugal. Apenas lhes pediu

e aceitou que pensassem *com* ele. Desde 1956, era um homem profundamente desiludido. Nesse ano fora relator do parecer da Câmara Corporativa sobre a lei que por fim instituiu as Corporações. Investira na elaboração do parecer toda a força e genuinidade da sua fé nas virtudes do sistema corporativo. Durante um mês, fechado em casa, quase sem dormir, em estado semi-febril, trabalhara num texto minuciosamente fundamentado e entusiástico, que implicaria muito substanciais alterações no projecto apresentado pelo Governo. Implicaria, sobretudo, substanciais alterações na organização corporativa e de coordenação económica existente. A Câmara Corporativa aprovou o parecer, mas a Assembleia Nacional votou, por unanimidade e sem argumentos, a sua recusa. Os motivos eram perfeitamente compreensíveis: o parecer atingia em cheio poderosos interesses criados dentro do Regime. Para o Prof. Pires Cardoso foi um choque brutal: desabou subitamente, dentro dele, a crença nos homens do Regime e no seu chefe. Algum tempo depois dir-me-ia: «para mim, o corporativismo é assunto encerrado: esta gente não quer saber do corporativismo para nada; e lá em cima, parece que também não.» Ficou-lhe o interesse pelos problemas sociais, que lhe viera, creio eu, através da leitura das Encíclicas sociais, uma das fontes da sua doutrina corporativa. Já era tarde, porém, para se dedicar ao seu estudo. Penso que terá decidido, então, tornar possível a outros, mais novos do que ele, estudá-los. Abriu a primeira ou segunda reunião do GIS declarando: «no Gabinete de Estudos Corporativos era eu que dirigia os trabalhos e a revista; no Gabinete de Investigações Sociais, quem dirige os trabalhos e a revista é o Sedas Nunes; eu só estou aqui para ajudar.» Afastado da política e ressentido contra os políticos, se alguma «estratégia» seguiu, foi essa.

O Ministro foi o Prof. José João Gonçalves de Proença, um homem de espírito muito vivo, jovial e presto no agir e no pensar. O seu bom humor evitava-lhe toda a rigidez. Quando se lhe opunha um argumento sisudo, dava uma gargalhada e dizia: «está bem, fazemos assim.» E com isso desarmava o opositor. Creio que terá acolhido desse modo a contraproposta do Prof. Pires Cardoso. Terá dado uma gargalhada e dito a seguir: «está bem, fazemos assim.» E pediu um projecto de regulamento, e depois homologou-o.

A *Análise Social* foi o fruto deste triângulo imprevisível e improvável. Terá o Ministro agido de acordo com uma estratégia *de Regime* que o ultrapassava? De novo digo que não o creio, pensando em que tudo isto se passou seis anos antes da morte política de Salazar. E pensando também em que a Salazar nunca interessaram estratégias de adaptação a novos tempos e novas circunstâncias no campo social: sempre teve acerca deste ideias claras e irreversíveis, ao contrário por exemplo de Francisco Franco, que se mostrou bem mais maleável do que ele. Mas o que seguramente não foi manifestação duma estratégia *do Regime* pode ter sido, e provavelmente foi, expressão duma estratégia *dentro* do Regime (ou *no* Regime, se assim se preferir dizer). Custa a crer que o Ministro tenha agido só pelos bonitos olhos do Prof. Pires Cardoso, menos ainda só pelos bonitos olhos dos que com ele estavam. Merece mais crédito, até refutação, a hipótese de haver tido em mente algum proveito político. A experiência histórica sugere ou parece mostrar que todos os regimes ditatoriais, de direita ou de esquerda, mas, de qualquer modo, com pesada carga ideológica na origem, atingem um dia uma fase em que, permanecendo embora sólidos nas suas bases sociais e aparelhos de sustentação, entram em descrédito geral, não sendo já acreditados

nem por aqueles mesmos que deles beneficiam ou os mantêm. Ninguém já faz fé, nem os que neles são grados e poderosos, nas justificações e argumentos que em tempos foram dados ou invocados para os instaurar. Ora, a descrença difundida nas hostes dos regimes gera nestes insegurança. Pode a insegurança ser puramente imaginária e não implicar portanto nenhuma insegurança real. Mas é comunicativa e sentida como perigosa. Dentro desses regimes surgem então estratégias de recuperação e restauração da segurança, talvez só imaginariamente perdida. Surgem altos dirigentes que procuram criar para si mesmos e difundir ao seu redor uma nova segurança: a que pode decorrer da crença no seu dinamismo e na sua capacidade para absorver «ideias novas» e tomar iniciativas «renovadoras». Tudo isso pode conduzir, e por vezes conduz, a uma grande estratégia de Regime, como acontece actualmente na URSS de Gorbatchov e como Marcello Caetano tentou e não conseguiu em Portugal. Numa fase antecedente, parece normalmente conduzir a estratégias dispersas e parcelares de dirigentes não concertados numa estratégia global. Na sua passagem pela pasta das Corporações, o Prof. Gonçalves de Proença adoptou muito obviamente uma estratégia desta índole. A criação do GIS e da *Análise Social* fez aparentemente parte dela, embora como operação muito secundária, de escasso proveito político para o Ministro.

De qualquer modo, nada teria sido possível, nem nada resultaria, se não houvesse, além do Ministro, o homem e o grupo, o homem que veio a ser o primeiro Director do GIS e da *Análise Social*, e o grupo que queria a revista e a fez.

Deste modo, já fica dito de onde veio e como veio a *Análise Social*². A que veio, porém?

4. Um espaço novo no campo intelectual português

A revista que o grupo queria fazer correspondia, se me posso exprimir assim, e para além do intuito político que mencionei, a um interesse e a um gosto. O interesse era o interesse pelos problemas sociais, numa acepção lata que abrangia os problemas do desenvolvimento; o gosto era o gosto de conhecer e dar a conhecer as realidades sociais.

Esta dualidade de motivações teve uma importância capital para a definição do que a revista foi e veio a ser. Teve uma importância decisiva para

² Criado por simples despacho, o GIS podia, a todo o momento e sem quaisquer formalidades, ser extinto: bastava que um novo despacho revogasse o que o havia criado. Os seus investigadores e os seus funcionários não pertenciam a nenhum quadro de pessoal, não estavam integrados em qualquer carreira, nem sequer estavam ligados ao GIS por um contrato. Não desfrutavam de nenhuma garantia de emprego ou de remuneração e não tinham acesso a qualquer esquema de benefícios sociais (Previdência, ADSE, pensões, etc.). Além disso, o GIS dependia inteiramente de subsídios benévolos, concedidos anualmente por entidades que podiam sempre decidir diminuí-los ou retirá-los e que por vezes os retiraram de facto. Excepto num ponto, referido na nota seguinte, e mesmo quanto a esse ponto apenas entre 1969 e 1974, esta situação de total insegurança das pessoas e da instituição manteve-se até 1982. É difícil imaginar como fosse hoje possível introduzir por via semelhante a Sociologia, ou qualquer outro ramo do saber, no nosso País.

a evolução que a revista veio a acusar. O interesse temperava o gosto e o gosto temperava o interesse. De modo que o interesse pelos problemas sociais sempre foi o interesse por conhecer e dar a conhecer os factos e situações a partir dos quais se podiam caracterizar e equacionar com rigor esses problemas, e o gosto do conhecimento das realidades sociais sempre foi o gosto de conhecer e dar a conhecer as realidades sociais donde emergiam problemas sociais ou que configuravam as possibilidades de enfrentar e resolver problemas sociais; simplesmente, porém, estas realidades sociais eram, no fundo, todas as realidades sociais.

Logo no n.º 1, o dualismo das motivações cruzadas estava bem patente. Um artigo de Raul da Silva Pereira sobre a situação habitacional no País abria, e abriu de facto, as portas a uma reequaçãoção dos problemas sociais da habitação no nosso País. Parecia não ser muito o que pretendia: limitava-se a fazer passar a discussão desses problemas de uma discussão sobre palavras para uma discussão sobre números. Mas nunca mais se voltou atrás, não só na revista, mas no País. Daí em diante, nunca mais os problemas habitacionais se discutiram à base de palavras: passaram a discutir-se à base de números. Foi um progresso muito importante.

Ao mesmo tempo era publicado, nesse número 1, um artigo meu com o académico e bem pouco imaginativo título de «Introdução ao Estudo das Ideologias». Nele, eu não estudava as ideologias como era habitual serem até então estudadas, isto é: expondo os seus princípios filosóficos, a sua visão do mundo, do homem e da sociedade, os argumentos em que se fundavam, as finalidades que tinham em vista. Em vez disso, eu tomava as ideologias como factos sociais, examinava-as como factos sociais, relacionava o seu aparecimento, a sua evolução, as suas transformações, o seu eventual desaparecimento com situações e mudanças ocorridas nas sociedades. Por que motivo me ocupava eu desse modo das ideologias? Por um lado, era sem dúvida o gosto de conhecer, o puro gosto de saber como os fenómenos ideológicos se produziam, mudavam e se sucediam. Por outro lado, também era o interesse pelos problemas sociais, porque no nosso País era talvez particularmente evidente que as capacidades dos indivíduos para compreender e equacionar problemas sociais dependiam das ideologias a que estavam ligados. Era por isso importante saber porque é que as ideologias se implantavam e expandiam na sociedade, penetrando e conformando as mentes individuais, para poder vencer tanta aparente dificuldade que havia no País, de apreender e enfrentar intelectualmente problemas sociais.

O artigo de Raul da Silva Pereira e o meu decorriam, pois, do mesmo interesse e do mesmo gosto. Mas no dele prevalecia o interesse e no meu o gosto. Esta compenetração do interesse pelo gosto e do gosto pelo interesse situou a *Análise Social* no melhor dos campos possíveis. Evitou-lhe o risco de ser ou de se transformar numa enfadonha revista de política social, eventualmente lida apenas por alguns restritos grupos de técnicos de um ou outro Ministério. Evitou-lhe igualmente o risco oposto, o de ser ou de se transformar numa porventura excelente revista (mas como o poderia ser?) de investigações sociais, mas inteiramente despegada de preocupações sentidas na sociedade em que surgia. Foi uma opção que deu campo livre aos estudos e aos textos orientados directamente para a definição e caracterização de problemas sociais, mas que deu também inteiro campo livre aos estudos e aos textos orientados pura e simplesmente para conhecer as realidades sociais.

Na primeira linha, nunca foi até ao ponto de fundamentar, descrever e propor as medidas técnicas e políticas necessárias para resolver os problemas sociais (ou antes: só o foi num caso, e logo direi porquê e como foi errado). Na segunda linha, nunca reputou por indiferente o que quer que fosse que pudesse contribuir para melhor conhecer a sociedade. Nesta segunda linha adoptou, de certo modo, como máxima, parafraseando os antigos, a de nada do social lhe ser alheio.

Não quero com isto dizer que tudo foi assim maduramente ponderado e maduramente decidido. Pelo contrário: foi uma opção, na sua maior parte, por assim dizer irreflectida. Mas foi a chave do grande sucesso da *Análise Social*, na sua tentativa de abrir um espaço novo no campo intelectual português: o espaço do estudo e da reflexão sobre as realidades sociais. Julgo ser esta a grande lição a recolher para o presente da revista e para o presente do I.C.S., da história da *Análise Social*. Agora como ontem, agora como há vinte e cinco anos, nem a revista, nem o Instituto, se quiserem manter-se no espaço cultural que a própria revista e o GIS abriram, podem deixar-se absorver pela preocupação obsessiva de estudar problemas sociais, económicos, políticos ou culturais, muito menos pelo intuito de para eles encontrar soluções; mas também não podem alhear-se olímpicamente deles na escolha dos seus temas e campos de investigação. Não será, contudo, que o GIS-I.C.S. desde há muito inflectiu nesta segunda direcção?

Após o 25 de Abril, ou mais precisamente: após a descolonização e o advento dos governos constitucionais, os investigadores sociais portugueses e, com eles, os colaboradores da *Análise Social* e os investigadores do GIS-I.C.S., voltaram-se maciçamente para o passado recente do nosso País. Esse movimento esteve ligado na sua origem a muito pragmáticas considerações, que poderiam só por si explicá-lo suficientemente. As investigações das ciências sociais não são tão caras como as das ciências «duras», mas custam dinheiro, que não havia então. Para suprir a inópia dos recursos, os investigadores sociais tinham recorrido durante anos às estatísticas oficiais, às vezes também às que vinham publicadas em relatórios de diversos organismos. Os dados estatísticos disponíveis tinham sido rebuscados e trabalhados até à exaustão. Já não havia quase mais nada a fazer: a fonte de dados estatísticos acabara por secar. Sem dinheiro e sem novos dados estatísticos para explorar, havia que lançar mão dos documentos arrumados ou desarrumados em bibliotecas e arquivos. Foi o que se fez. Os investigadores sociais foram, assim, inevitavelmente atraídos, remetidos, para o passado donde esses documentos provinham e do qual falavam. Descuraram forçosamente o presente, cujas realidades lhes eram objectivamente inacessíveis. A História, a Sociologia histórica, a Economia histórica, a Ciência Política histórica de algum modo prosperaram, porque eram documentais e artesanais. A investigação de actualidade, desprovida de fontes e dados, ficou tolhida. Hoje, a situação é já muito outra: as investigações sociais sobre o presente português multiplicam-se com notável celeridade e de acordo com uma dinâmica de crescimento que se afigura imparável.

Julgo, porém, que houve outro motivo, bem mais interessante e profundo, para aquele movimento de recuo para o passado, aliás para um passado não distante, de Portugal. No século XVIII, Montesquieu lançava a célebre interrogação: «comment peut-on être Persan?» Metáfora de como se pode socialmente ser o que socialmente se é. Naqueles dias de interrogação do pas-

sado, que tanto pareceu em dado momento debandada geral ante as responsabilidades do presente, tudo se passou como se os investigadores sociais portugueses, ecoando íntimas perplexidades de muita gente, tivessem perguntado a si mesmos: como pôde Portugal ser estranha «Pérsia» durante tanto tempo? como pôde Portugal ser Ditadura salazarista durante quase meio século? como pôde aquela precisa Ditadura erguer-se e manter-se sobre o nosso País durante tão longo período? Tratava-se de perguntas que lhes diziam directamente respeito. Nados e criados sob o Salazarismo, fora ainda contra o Salazarismo, isto é: em relação ao Salazarismo, que se haviam identificado como adultos. Na sua memória e consciência, o Salazarismo era referência crucial para a definição da sua própria identidade intelectual e moral: de certo modo, estavam justificadamente obcecados pelo Salazarismo. Não surpreende, pois, que, quando o puderam enfim interrogar livremente, o tenham de facto interrogado em todas as direcções. Não surpreende sequer que alguns tenham subido a corrente, à procura das raízes do Salazarismo nos tempos e desastres da 1.^a República ou mesmo nos tempos, desaires e atrasos sociais da Monarquia Constitucional. A pouco e pouco, porém, mudaram os tempos e com eles as vontades: a poderosa referência ao Salazarismo foi enfraquecendo, e novas gerações, para as quais o Salazarismo já não era referência obrigatória, foram surgindo. Da sua viagem ao passado, a investigação social pôde retornar, e retornou ao presente. Cada vez menos se pergunta de onde vimos; cada vez mais se pergunta onde estamos e para onde vamos. Sucede, no entanto, que os resultados de muitas das investigações lançadas naqueles dias, só aos poucos têm vindo a ser publicados ou só recentemente vieram a lume — o que pode dar a impressão falsa de que um grande número dos investigadores sociais portugueses continua voltado para o passado.

Os efeitos deste vaivém do presente para o passado e do passado novamente para o presente foram finalmente benéficos para as Ciências Sociais no nosso País. Estudos valiosos e teses importantes foram produzidos e serviram de base a doutoramentos no estrangeiro ou em Portugal que, sem eles, haveriam de ser retardados. Foi salva do extermínio informação preciosa que estava a esboroar-se no descuido de bibliotecas e arquivos. Foi melhor compreendida e reconhecida a importância das investigações históricas para o entendimento do presente social. Foi também melhor compreendida e reconhecida a importância da intercomunicação e intercolaboração de investigadores sociais e historiadores.

A *Análise Social* e o GIS-I.C.S. acompanharam todo este movimento, passaram pelas mesmas fases por que ele passou. O mais importante é apercebermo-nos de porque é que o puderam fazer, porque é que puderam sem dificuldade absorver todas as mudanças e manter perante elas suficiente elasticidade. Puderam-no porque a *Análise Social* e o GIS abriram um espaço novo no campo intelectual português, para fora do qual jamais depois se deslocaram. Logo de entrada, evitaram encerrar-se dentro das prisões do interessamento exclusivo e redutor pelos problemas sociais e, por aí, dentro das prisões do interessamento exclusivo e redutor pelos estudos úteis. Também logo de entrada, evitaram encerrar-se dentro das prisões douradas de qualquer torre de marfim soberanamente indiferente e alheia perante os males sociais. A ida ao passado pôde assim efectuar-se dentro do espaço em que tinham escolhido manter-se. O regresso ao presente fez-se e faz-se também dentro desse espaço. Não tiveram de esbravejar, nem correram risco de soço-

brar, quando os investigadores sociais se desprenderam de preocupações de utilidade social. Mas puderam apoiá-los e encorajá-los quando revieram a tais preocupações. Lembrem-lhes apenas que não devem querer ensinar aos técnicos e aos políticos o que hão-de fazer: esse é o ofício deles, não o dos investigadores. Os limites de um lado e do outro são ainda os do começo, são os que sempre foram: ontem e hoje o espaço é o mesmo. Por sorte foi bem escolhido.

O interesse e o gosto. No GIS-I.C.S. e na *Análise Social*, basta lê-la, o balanceamento em direcção ao gosto — melhor diria aqui: em direcção ao saber indiferente às aplicações socialmente úteis — foi efectivamente muito forte e prolongado. Um terceiro potente factor veio acrescentar-se aos que já referi, para produzir esse resultado. A partir dos últimos anos 70 e dos primeiros 80, os investigadores sociais foram confrontados com os requisitos da carreira docente universitária, restaurada e reformada, e da carreira de investigação científica, pela primeira vez regulada. O requisito principal era o doutoramento, que foi, e bem, academicamente interpretado como comprovação de elevado saber desinteressado e de alta capacidade para o fazer progredir, através de investigação desinteressada também. Prepararem-se a si mesmos para as provas de doutor, prepararem as suas dissertações, tornaram-se preocupações absorventes, que não deixavam lugar nem tempo para outras preocupações ou interesses. Nisso se passaram, para cada um, anos vários e largos. Anos que, a pouco e pouco, muitos concluíram, mas que muitos mais ainda estão a iniciar. Entrementes, o interesse por problemas da sociedade — sociais, económicos, políticos ou culturais — permaneceu irresistivelmente em estado meramente latente. Nem podia ser de outro modo. Mas que, latente embora, nunca se extinguiu, é coisa que, vindo ao de cima, se pode agora por fim ver bem. Investigações que estão em curso no I.C.S., ou artigos e mesmo livros que se publicam ou estão para ser publicados, por exemplo sobre as categorias dirigentes da economia e da política em Portugal, ou sobre as classes médias urbanas no nosso País, o seu desenvolvimento social e as mudanças culturais que transportam consigo ou provocam, ou sobre a terciarização da economia e da sociedade, a sua projecção no espaço geossocial e a sua interacção com ele, ou sobre os grupos de interesses patronais e sindicais, as suas estratégias e comportamentos colectivos e a interferência daquelas e destes com o processo sociopolítico de instalação e consolidação da Democracia, ou sobre as próprias instituições do regime democrático, como o Parlamento ou o Executivo, ou sobre a comunidade dos católicos, a Igreja hierárquica e seus meios de acção e intervenção na sociedade, ou sobre a juventude dos vários meios sociais, as suas situações, problemas e aspirações, os seus modos próprios de encarar a sociedade e o futuro e as suas formas diversas de transição para a vida adulta, ou sobre o mecenato e as suas potencialidades culturais e limitações sociais, ou sobre os emigrantes, as suas comunidades no estrangeiro e as transformações que injectam ou suscitam na sociedade portuguesa quando retornam, ou sobre as relações de Portugal com as antigas colónias de Portugal em África, todas essas e outras investigações testemunham decerto e decorrem de um gosto de conhecer e dar a conhecer melhor a sociedade a que todos pertencemos; mas também testemunham e decorrem de um interesse vívido por fundamentais problemas sociais, económicos, políticos e culturais que se levantam, ou se podem levantar, em cada uma dessas múltiplas áreas sociais.

Por outro lado, nas páginas da revista e nos gabinetes do Instituto, os investigadores sociais ombreiam agora com os historiadores. Do contacto de uns com os outros, da sua intercomunicação, pode-se esperar que resulte efectivamente a sua intercolaboração e também a interpenetração das suas formas próprias de abordar e interpretar as realidades sociais. Pelo menos, já é certo que em investigações de História Política estão presentes preocupações de Sociologia Política, que em investigações de História da Educação estão presentes preocupações de análise sociocultural, que em investigações de História localizada estão presentes preocupações de Antropologia Social, que em investigações de História da Industrialização estão presentes preocupações de análise sociológica. Inversamente, em investigações sobre as categorias dirigentes actuais estão presentes preocupações de História das Classes Sociais em Portugal, em investigações sobre as instituições do regime democrático estão presentes preocupações de História das Instituições Representativas no nosso País, em investigações sobre os emigrantes e as suas comunidades estão presentes preocupações de História da Emigração Portuguesa, em investigações sobre os sindicatos portugueses nos nossos dias estão presentes preocupações de História do sindicalismo moderno na nossa sociedade.

Parece, pois, que, ao mesmo tempo que o balanceamento em direcção ao saber puramente desinteressado já cessou, a *Análise Social* e o I.C.S. saem dele enriquecidos. A investigação social e a investigação histórica estão a interfecundar-se, e a gama de temas abordados por uma e pela outra está a alargar-se. Sempre dentro do mesmo espaço cultural ao começo definido.

A *Análise Social* e o GIS vieram naquele longínquo mês de Janeiro de 1963. E foi como se aqueles que a quiseram e a vieram fazer tivessem dito para si mesmos: «vimos porque queremos o saber, e também porque queremos mais justiça; mas não queremos o saber apenas para que possa haver mais justiça; dar gosto ao gosto de saber também é de justiça.» Receio que dizer isto pareça muitíssimo pretencioso; mas foi assim, embora sem estas palavras, que aconteceu. Aqueles homens, ainda novos, mas já maduros, que vieram do Gabinete de Estudos Corporativos fazer a *Análise Social* e o Gabinete de Investigações Sociais vieram, de facto, com o propósito de contribuir para que na sociedade pudesse haver mais justiça. Mas vieram igualmente com a intenção de contribuir para que na sociedade houvesse mais saber acerca da sociedade. Foi por isso que abriram um espaço novo no campo intelectual português.

5. O caminho e o contexto

A *Análise Social* surgiu, pois, no período inaugural da década de 60. Profundas eram as transformações que perpassavam e modificavam nessa época as bases da nossa sociedade.

Após o termo da 2.^a Guerra Mundial e do período de descompressão económica que se lhe seguiu, e na sequência do surto industrializador, promissor, mas breve, dos anos 50, Portugal abria-se a pouco e pouco a mudanças socioculturais que só podiam operar-se num quadro socioeconómico em que prevalecia, dia a dia com maior potência, um neocapitalismo de grandes grupos económico-financeiros, que se iam constituindo e se expandiam.

Simultaneamente, o País era atingido por crescentes impactes do exterior e do próprio processo de transformações internas sobre as estruturas e os comportamentos económicos, sobre as estruturas e os comportamentos demográficos, sobre o nível e a natureza das aspirações sociais, culturais e políticas, sobre as ideias e as mentalidades.

Enquanto isso, o rigoroso fechamento dos horizontes políticos estabelecidos a qualquer alteração significativa na cobertura estadual da sociedade civil, fechamento reforçado após o início em 1961 das várias guerras em África, contrastava pesadamente com todo aquele movimento de mudanças económicas e socioculturais e bloqueava a adaptação eficaz do aparelho de Estado a tais mudanças.

Ao envelhecimento e à anquilose cada vez mais visíveis do Regime respondia uma contestação, ou pelo menos uma desafeição, cada vez mais aprofundada, apesar de socialmente restrita. Essa contestação, ou desafeição, envolvia num mesmo repúdio global e sistemático, por vezes virulento, a denúncia da natureza eminentemente ditatorial do regime e a sua negação dos mais elementares direitos e liberdades públicas, a acusação de o Regime só sobreviver e perdurar graças aos múltiplos mecanismos repressores de que se dotara, a insistente afirmação de enfeudamento dos públicos poderes a ocultos e poderosos interesses económicos, a aberta condenação das políticas e das guerras a que em África o Governo se vinculara, a insistência na incapacidade do Estado para enfrentar ajustadamente os problemas fundamentais do País e das classes trabalhadoras, a condenação do estado de pobreza e subdesenvolvimento e dos consequentes baixos níveis de vida da grande maioria da população portuguesa, cujas carências mais elementares eram efectivamente exorbitantes. Perante a contestação ou desafeição, e também o descrédito, de que era alvo, o Regime reagia mobilizando os seus diversos instrumentos de vigilância e controlo dos homens e das ideias, isto é, os seus instrumentos de repressão social e intelectual.

Neste difícil contexto, a *Análise Social* e o GIS conseguiram desempenhar um papel importante no nosso País. A revista veio a lume examinar e expor situações e problemas que afectavam gravemente a maioria dos portugueses e, mais especialmente, as classes sociais de menores recursos. Fez-se eco de crescentes aspirações colectivas ao desenvolvimento económico, social e cultural, cujos imperativos e cujas condições exprimiu em termos objectivos. Pôs ao serviço do exame e da exposição daquelas situações e problemas, e também destes imperativos e condições, as modernas ciências económicas e sociais, ou melhor: as modernas técnicas de investigação e análise económica e social.

Não abordou, é certo, nem o problema do Regime, nem o problema colonial. Se o tivesse feito, ter-se-ia desde logo condenado à extinção. Preferiu sobreviver. E foi alargando progressivamente o seu espaço de movimentos. Foi ultrapassando múltiplas barreiras de proibição, até então impostas à abordagem em público de questões sociais e socioeconómicas. Fê-lo através do tratamento nas suas páginas de uma gama de temas e problemas cada vez mais diversificada. Fê-lo, além disso, através da utilização, na abordagem dos temas e problemas de que sucessivamente se ocupou, de métodos incontestáveis que, ao mesmo tempo que tornavam possível um aprofundamento crescente da análise, «impunham respeito» pelo que na *Análise Social* se escrevia e publicava. Fê-lo ainda adoptando uma linguagem que, sem se afas-

tar embora da preocupação permanente da objectividade, se mostrou cada vez mais liberta de inibições. Questões que, ao princípio, apenas eram sugeridas ou indirectamente tocadas, foram depois, aos poucos, explicitadas e abertamente tratadas. Um exemplo, entre outros, foi o do sindicalismo, dos conflitos colectivos de trabalho e da greve, que de facto já punha em causa o Regime, ainda que só indirectamente. Mantendo sempre um equilíbrio difícil entre ousadia e prudência, a *Análise Social* foi, deste modo, avançando continuamente pelo que era, ao tempo, «terreno perigoso», e abriu ao acesso público coutadas desde há longos anos de acesso reservado. Tudo isso foi muito valioso.

Hoje, neste País em que desde há 15 anos tudo felizmente se pode dizer e tudo se diz, o que se fez no GIS e o que se publicou na *Análise Social* pode parecer tímido ou excessivamente moderado, talvez demasiadamente cuidadoso. Recordo-me, todavia, da surpresa com que os leitores da revista, que eram uns milhares, recebiam cada número; recordo-me da expectativa com que aguardavam a publicação dos números sucessivos. Ainda há pouco, o Prof. Eugénio de Castro Caldas, do Instituto Superior de Agronomia, me fez lembrar até que ponto era assim. É preciso ter presente que vínhamos de tempos, dos quais só muito lentamente estávamos a sair, em que a Censura cortava sistematicamente a palavra «estruturas»; vínhamos de tempos em que «salários» era tema amaldiçoado e intocável e em que muito mais o era «sindicatos»; e ainda entrávamos em tempos em que a palavra proibida seria «estudantes». Não estou a insinuar que fomos heróis. Já disse atrás que (e porquê) beneficiámos numa certa tolerância. Além disso, valeu-nos a presença do Prof. Pires Cardoso, como Director. De facto, foi ele a nossa garantia, foi ele que nos tornou possível fazer o que fizemos, publicar o que publicámos, por muito prudente que hoje se afigure.

Ao princípio, custou-nos um pouco a aprender o que era possível publicar e o que o não era; depois, aprendemos e caminhámos: foi isso o importante. Caminhámos, enfrentando as barreiras que nos apareciam diante e empurrando-as, para experimentar as suas resistências. Fomos, desse modo, alargando progressivamente o espaço em que manobrávamos e de que nos íamos apossando ao marcar nele a nossa presença. Foi assim que, partindo de um espaço extremamente restrito, chegámos a um espaço muito mais largo.

Às vezes, porém, a lentidão era exasperante, e as limitações eram mesmo intimamente humilhantes. Humilhava-nos, fazia-nos sentir profundamente humilhados e revoltados, ter de, por vezes, dizer não a colaborações que estimávamos e desejávamos; fazia-nos sentir humilhados e revoltados ter de, tantas vezes, exprimir em linguagem cifrada ou em meras alegorias ou subentendidos o que sabíamos e gostaríamos de dizer com perfeita clareza. Quanto ao Prof. Pires Cardoso, pagou pela garantia que nos proporcionou o preço de ser considerado, em altas esferas do Regime, um homem pouco inteligente, que se deixava enganar por nós. Foi-me muito doloroso chegar um dia a saber disso.

Tivemos um outro «escudo protector»: o selo da Universidade, impresso desde o princípio na capa da revista. Foi talvez ele que obrigou a PIDE, das duas vezes que com uma chamada à sede nos quis advertir sem expressamente o dizer, a tratar-nos com boas maneiras que não estavam nos seus costumes.

A partir de 1966 começou a formar-se o que adiante chamarei o 2.º GIS. Surgiram então situações muito penosas. Alguns dos jovens que vieram trabalhar no GIS supunham que nós, os do GIS, e em especial eu, só dizíamos e publicávamos na revista o que nela dizíamos e publicávamos porque era tudo e só o que tínhamos para dizer e queríamos publicar. Não se apercebiam das limitações que nos eram impostas do exterior. Quiseram, portanto, dizer, eles também, sem limitações, tudo o que tinham para dizer e publicar tudo o que queriam publicar. Não pude consentir. Tive de «corrigir» com eles os seus textos, para os tornar «publicáveis». A isso me obrigou o nefasto Regime que lá vai. Creio que, depois, eles acabaram por compreender que as torturas intelectuais que lhes impunha eram as mesmas que me impunha a mim. Mas não posso esquecer, nem o papel que tive de desempenhar, nem o rosto com que apareci diante deles. Às vezes penso se não teria sido preferível dizer-lhes, pura e simplesmente: «isso que escreveram não se pode publicar»; e nada publicar do que tinham escrito. Mas eu quis sempre ir até ao extremo limite do tolerável, explorar todas as dimensões e fronteiras do possível e do enunciável. Talvez tenha feito mal... Ainda hoje sinto a necessidade de me desculpar.

6. *Os «números especiais»
dos primeiros tempos
e os grandes temas nacionais*

Na caminhada da *Análise Social* e do GIS, foram marcos miliares, ou momentos de particular intensidade, os números chamados «especiais», números duplos ou triplos totalmente dedicados a uma única temática de alcance nacional.

O primeiro «número especial», o 7-8, apareceu logo no segundo ano da revista, ou seja em 1964. Era um número duplo sobre «Aspectos sociais do desenvolvimento económico em Portugal». O seu lançamento provocou a bem dizer sensação. Em menos de um mês a sua tiragem de 4000 exemplares, que para o tempo era grande, esgotou-se. Pessoas conhecidas, e muitas outras desconhecidas, telefonavam a dizer a sua surpresa, as suas felicitações, a sua satisfação. Dentro de algumas semanas, no mercado do livro em segunda mão, o preço comercial do volume ascendia primeiro a dez vezes, e rapidamente a vinte vezes o seu preço de capa.

Tratava-se de um grosso e denso volume, preenchido por numerosos artigos de excelente qualidade, produzidos sobre os dados mais fidedignos e melhores de que então se podia dispor. Digo com hesitação que era um grosso volume, porque hoje, quando o compulso, me parece relativamente pequeno. Ganhámos de facto, com o tempo, o hábito de dispor, sobre temas económicos e sociais, de obras colectivas muito mais extensas; naquele tempo, porém, eram desconhecidas. Representou, além disso, uma inovação muito importante, relativamente aos estudos que na altura e desde os anos 50 se vinham publicando sobre a estrutura e o desenvolvimento da economia portuguesa. Esses estudos, dos quais o primeiro e o mais significativo foi a famosa *Estrutura da Economia Portuguesa*, de Francisco Pereira de Moura, Luis Teixeira Pinto e Manuel Jacinto Nunes, adoptavam geralmente uma

óptica de análise estritamente económica e concentravam toda a sua atenção em temas considerados, também eles, de índole estritamente económica.

O «número especial» 7-8, embora procurasse situar-se numa linha de continuidade perante os estudos anteriores, abordava temas inteiramente novos e encarava a economia e a sociedade em Portugal sob nova luz. Abria com um artigo meu, que foi a minha primeira grande «aventura sociológica». Nele, eu aventurava-me de facto a caracterizar e interpretar sociologicamente o grande processo de mudanças socioeconómicas e culturais em curso no nosso País. Foi um texto muito discutido, havendo naturalmente quem estivesse por ele e quem estivesse contra ele. Havia também quem ele incomodasse e que por isso procurasse mostrar que nada continha de interessante. De um modo geral, considerou-se todavia que perspectivava de um modo novo as realidades sociais portuguesas. O volume fechava com um artigo de Raul da Silva Pereira, que implacavelmente comparava os níveis de desenvolvimento e os níveis de vida no nosso País com os dos países de toda a Europa Ocidental. Em tudo Portugal aparecia na cauda do cortejo, só tendo atrás de si as então imensamente atrasadas Grécia e Turquia. Lembro-me de ter citado os indicadores e os números de Raul da Silva Pereira, numa conferência que fiz na Ordem dos Engenheiros. Tantas vezes repeti: «atrás de nós só a Grécia e a Turquia», que, a partir de certo momento, de cada vez que o repetia, a gargalhada na sala era geral.

Ainda hoje tenho orgulho de ter feito este «número especial», que na altura muito me afadigou. Fui eu quem teve a ideia, aproveitando a grande voga de que na época gozava o tema «desenvolvimento»; fui eu quem transformou essa ideia em projecto; fui eu quem descobriu os possíveis colaboradores; fui eu quem os trouxe, às vezes quase à má fila, a colaborar; e fui eu quem imaginou o expediente necessário para reunir os fundos sem os quais não teria podido ser publicado. O volume foi intitulado, pomposamente, comemorativo do meio século do ISCEF; desse modo, foi possível utilizar na sua publicação alguma parte das verbas de que o ISCEF dispunha para as comemorações.

Em termos de tempo consumido e de trabalho e suor, o que de longe levou a palma foi, porém, a interminável preparação do meu artigo. Todas as centenas de percentagens, de índices, de correlações, nele apresentadas foram calculadas, uma a uma naturalmente, à mão. E como, desde a Primária, eu sempre fora um desastre em contas de cabeça e pelos dedos, não tive a coragem de as fazer desse modo, para que não viessem depois dizer-me que estava tudo errado. Servi-me, pois, de um pequena máquina de calcular mecânica e manual, insolitamente pesada, dotada de uma brilhante manivela cromada, mas muito perra e enferrujada por dentro, que fazia um ruído infernal, pelo meio do qual era preciso ter bom ouvido para distinguir o quase inaudível toque de campainha que assinalava já estar calculado, e à vista no quadrante, mais um algarismo do resultado a que se pretendia chegar. Centenas de contas exigiram, portanto, uns largos milhares de maniveladas, dadas com convicta energia durante horas a fio em dias a fio também, naquele precioso «equipamento científico» que era todo o de que então o GIS podia dispor, aliás por favor e empréstimo do paternal ISCEF, que cedera o que tinha de melhor. Contando tudo isto, talvez esteja a parecer atrozmente miserabilista. Sobretudo, talvez pareça que estou a dar dema-

siada importância a um acontecimento cuja importância real foi pequena. Claro que foi pequena! Só que eu não estou a medir a importância do acontecimento, mas a falar do esforço e da «carolice» que me foram necessários para o tornar possível; e além disso, da crença em que despendei tanto esforço e ser tão «carola» valia a pena. Por coisas destas passa a história da *Análise Social* e do GIS. E passa também a pequena história das ciências sociais em Portugal. Quem quiser pode também ver nelas um pouco do que o País e a Universidade eram então.

Em 1968 apareceram dois outros «números especiais»: um número duplo, o n.º 20-21, e um número triplo, o n.º 22-23-24, ambos sobre «A Universidade na vida portuguesa». Chegaram no melhor momento, quando estava para breve a reforma de Veiga Simão. Eu quisera que tivessem saído mais cedo, mas o Prof. Pires Cardoso conseguira saber que a Universidade era no momento o tema mais «quente» e melindroso, o mais receado e mais subversivo para os governantes. Tive por isso de esperar cerca de dois anos. O conjunto dos dois volumes foi pensado e programado por uma comissão de que fizeram parte os Profs. Miller Guerra, Fernando Dias Agudo e Alberto Ralha, e eu próprio. O programa elaborado pela comissão foi aprovado pelo GIS em reunião geral, como de costume. Depois, cada um dos membros da comissão encarregou-se de tratar um ou mais pontos do programa e de contactar outras pessoas para tratarem os pontos restantes. Realizar tudo ou quase tudo o que queríamos se fizesse, demorou cerca de dois anos; mas o resultado foi notável sob dois pontos de vista.

Em primeiro lugar, conjuntamente considerados, os dois volumes constituem o mais exaustivo e sólido estudo, acerca das Universidades e da sua população docente e discente, desde sempre efectuado entre nós. O sistema universitário então existente em Portugal foi aí tomado e examinado simultaneamente no seu todo, nas suas diversas componentes e nos seus múltiplos ramos. Reuniu-se nesses dois volumes um imponente acervo de investigações e de artigos de intervenção que, como comentou Mário Murteira, nunca mais permitiria a quem quer que fosse, Ministro ou não, que quisesse escusar-se a enfrentar os problemas universitários e a tomar decisões, alegar, como de costume, que «era preciso estudar o assunto». De facto, praticamente tudo ali estava estudado. Em segundo lugar, pela primeira vez o estudo de uma grande temática de interesse nacional envolveu o recurso amplo à óptica de análise da Sociologia e às metodologias da análise sociológica. No primeiro dos dois volumes, o recurso às perspectivas e aos métodos da Sociologia foi ainda ínfimo, como era habitual, mas no segundo já foi extenso e muito considerável. Sobretudo, permitiu examinar e procurar compreender as estruturas e o funcionamento internos das Universidades, as suas mudanças em múltiplos aspectos, as suas articulações com a estrutura social do País, a transformação progressiva da massa estudantil numa força social e política, de um modo até então não praticado e desconhecido em Portugal.

Isso só foi possível porque, desde os começos de 1966, começara a funcionar junto do GIS o Grupo de Bolseiros de Sociologia da Fundação Calouste Gulbenkian, de que adiante falarei. Nem todos os trabalhos que no Grupo foram então efectuados apareceram naqueles volumes. Aliás, na sua maior parte, os que então não apareceram na revista não vieram a ser publicados. Na revista, apenas um dos não editados em 1968 veio a ser inse-

rido, quatro anos depois, no n.º 32, sob o título «A Universidade no sistema social português». É um artigo meu que infelizmente continua a ser até hoje a única análise macrossociológica e globalizante do que na altura chamei «as relações entre as Universidades e a estrutura de classes em Portugal».

7. Uma entrada infeliz na arena política

Entretanto, no n.º 25, de 1969, isto é: no primeiro número que se seguiu aos dois «números especiais» sobre «A Universidade na vida portuguesa», eu tinha publicado, em co-autoria com o Prof. Miller Guerra, um extenso artigo de intervenção com o título «A crise da Universidade em Portugal — Reflexões e sugestões». Procurávamos nele, o Prof. Miller Guerra e eu, determinar, com base nas investigações reunidas no n.º 22-23-24, e com a máxima objectividade possível, as «coordenadas fundamentais da crise», isto é: da crise institucional que as Universidades portuguesas então atravessavam. Depois, expúnhamos e propúnhamos todo um programa de política de reforma das Universidades que considerávamos capaz de conduzir a uma «reconversão global» das instituições universitárias portuguesas. O artigo suscitou grande polémica. A certa altura, parecia que tínhamos todos contra nós: os estudantes e os professores, a esquerda e a direita.

Vinte anos depois, tudo ou quase tudo o que propúnhamos está realizado ou mesmo excedido. A bem dizer, só num ponto as realizações ficaram aquém das nossas propostas. Propúnhamos, com efeito, que todas as novas Universidades fossem Universidades de Departamentos e não de Faculdades. Não foi o que se fez em muitas Universidades novas. No entanto, a importância dos Departamentos é cada vez mais geralmente reconhecida, mesmo nas Universidades antigas.

Foi dessa vez (chego por fim aonde prometi chegar) que a *Análise Social* foi ao ponto de propor uma política concreta, esmiuçada em medidas técnicas e precisas de reforma institucional. Mais tarde, já depois do 25 de Abril, reincidi, primeiro voltando a publicar na revista um artigo de intervenção sobre política universitária geral, no qual de novo descrevi as medidas que a meu ver era no momento necessário tomar, e depois publicando um outro texto onde propus a criação de uma Universidade Aberta em Portugal e pormenorizei a forma como ela deveria ser organizada e funcionar.

Tenho perguntado muitas vezes a mim mesmo porque é que, tendo sempre, como os outros demais membros do GIS, insistido e persistido em colocar a *Análise Social* e o GIS em terreno exterior ao debate das políticas e da política, em relação à Universidade não o fiz. Aliás, tive dúvidas e hesitei. Da primeira vez, pedi conselho ao Prof. Pires Cardoso, a todos os colegas do GIS e a vários da Universidade. Por todos me foi dito e aconselhado, dessa vez como das outras, que publicasse na *Análise Social* os textos que tinha em mão. Mas foi um erro — um erro cujos efeitos perniciosos ainda hoje se fazem sentir.

Lendo-o agora, com a frieza e a ponderação que o distanciamento no tempo permite, o artigo do Prof. Miller Guerra e meu era evidentemente

moderado. Não queria nenhuma revolução, mas tão-somente reformas. Nesse tempo, porém, os professores nem queriam ouvir falar de reformas, e aos estudantes apenas interessava a revolução. Porque era assim, a imagem pública da *Análise Social* e do GIS foi profundamente abalada e mudou ou começou a mudar a partir de então.

Do lado de um certo número de professores, tomou ou começou naquela altura a tomar corpo a ideia, mais precisamente: a imagem, da *Análise Social* e do GIS como um pequeno enclave político de esquerda rodeado pelo vasto território apolítico da Universidade. É claro que, anteriormente, o GIS não gozava, na medida em que davam por ele, de reputação de direita, porque naquele tempo falar das coisas de que falava era, só por si, de esquerda. Mas era-lhe reconhecida, geralmente, isenção. Naquele momento, porém, a *Análise Social* e o GIS não foram isentos, e o mais grave é que não o foram em relação à própria Universidade. Tomaram partido pelos que, pensavam aqueles professores, atacavam a Universidade e os atacavam a eles. Foi como se a *Análise Social* e o GIS atacassem a Universidade de dentro dela; ora, inimigos desses são dos piores. Com o tempo foi esquecendo e finalmente esquecido o motivo directo e circunstancial do agravo, mas este coagulou e perdurou sob a forma de uma imagem pejorativa e desfavorável da revista, do Gabinete e do actual Instituto. Há alguns anos, quando já se estava bem dentro do tempo em que o GIS dera lugar ao I.C.S., veio ao Instituto um docente e investigador de muito mérito de uma das Faculdades da Universidade de Lisboa. Veio discutir em seminário um trabalho seu. No fim disse-me: «gostei muito do debate, foi uma excelente discussão. Mas o que mais me impressionou foi ver pessoas com orientações ideológicas e políticas manifestamente muito diferentes debater comigo e com os outros, de forma perfeitamente civilizada e profícua, a minha comunicação. Foi para mim uma surpresa. Julgava que vocês eram todos ou quase todos de esquerda.» Era a tal imagem pejorativa que, evidentemente, tem raízes no tempo muito anteriores ao artigo do Prof. Miller Guerra e meu, mas que esse artigo reforçou muitíssimo e consolidou.

Do lado dos estudantes, o que se passou foi diferente. Durante um período relativamente longo, a *Análise Social* e o GIS desfrutaram junto deles do prestígio do seu «progressismo», se é que me posso exprimir assim. Mas os dirigentes estudantis e, de maneira geral, os estudantes activistas, que eram todos ou quase todos de esquerda, foram-se radicalizando cada vez mais, a partir de certa altura a um ritmo extremamente rápido. Ao mesmo tempo, a Universidade entrava abertamente em crise institucional e era atravessada interiormente por conflitos fundamentais, antes do mais ideológicos e políticos. A *Análise Social* e o GIS não acompanharam, nem podiam ou deviam acompanhar, como é óbvio, essa autêntica mutação na população universitária discente. A revista parecia, pois, desfasada. Deixou de interessar precisamente àqueles que, anos antes, tinham sido os mais entusiásticos a acolhê-la. As tiragens da *Análise Social* começaram a ter dificuldade em esgotar-se e deixaram de progredir como antes. De facto, estagnaram. A aura quase mítica, de que a *Análise Social* se vira revestida, dissipou-se. A revista perdeu popularidade, foi considerada desinteressante e tornou-se de facto, para os jovens universitários, desinteressante. Comprovação clara disso mesmo foi, perante eles, o artigo do Prof. Miller Guerra e meu. Recusaram ostensivamente o seu «reformismo», e depois esqueceram-no. Tomou corpo então,

ou começou então a tomar corpo, entre os estudantes, uma outra imagem da *Análise Social* e do GIS, diferente da que se formou entre os professores a que me referi: era a imagem da *Análise Social* como uma revista que andava por aí, mas à qual não valia a pena dar grande atenção. Apercebi-me claramente disso à medida que foi acontecendo, e foi duro para mim.

Entretanto, as orientações ideológicas e políticas predominantes entre os jovens universitários mudaram radicalmente, mas a imagem que vinha de trás conservou-se e a atitude de fundamental desinteresse e desatenção manteve-se. Mesmo entre os estudantes da Faculdade onde ensino, tenho observado que aqueles que vêm a interessar-se pela *Análise Social* é como se fizessem uma descoberta contra um preconceito dominante. Um deles dizia-me: «não percebo porque é que a malta não se interessa mais pela *Análise Social*. É a melhor revista de ciências sociais que existe no País. Mas há a ideia de que não tem interesse.» Penso que o meu aluno partia dum pressuposto errado: que os seus colegas, estudantes de Sociologia, se interessam efectivamente pelas Ciências Sociais. A minha experiência de professor diz-me francamente que não, ou melhor: diz-me que só uma pequena minoria escolhe e estuda a Sociologia porque se interessa de facto pelas Ciências Sociais. Para a grande maioria, os cursos de Sociologia interessam enquanto via de acesso «fácil» a um título e a um diploma cuja obtenção não exige, por exemplo, nem, como nos cursos de Direito, o enorme esforço de memorização e de assimilação dum tipo de conceitos e de lógica que não são os da vida corrente, nem, como nos cursos de Economia, o trabalho rigoroso de apreensão e manipulação das matemáticas superiores e das suas aplicações no desenvolvimento e refinamento do raciocínio económico. Por outras palavras, creio que, no ensino universitário de Sociologia no nosso País, o que mais interessa à maior parte dos estudantes é precisamente o que nele é mau ou medíocre: a pouca exigência teórica e metodológica e a facilidade de aprendizagem e acesso ao diploma daí resultante. Dito isto, aquele meu aluno tinha razão quanto aos seus colegas, pequena minoria, a quem efectivamente interessam as Ciências Sociais. Foi na verdade um erro enorme, um acto de efeitos perversos muito extensos e longos, ter publicado o tal artigo do Prof. Miller Guerra e meu.

8. Até onde se pode ir no terreno político

Em dado momento fixou-se, pois, para perdurar na população universitária estudantil, a imagem da *Análise Social* como uma revista desinteressante. É mais que evidente, contudo, que não se tratou, nem se trata, apenas de um caso particular da lei geral de inércia sociológica — inércia na acepção da Física pós-galileana — que tende a preservar, e agindo sempre na mesma direcção, os preconceitos sociais e as representações mentais colectivas que lhes estão associadas. Se não houvesse outros factores a actuar no mesmo sentido, seguramente que há muito o preconceito se teria esborroado e a representação mental desvanecido.

Em primeiro lugar, há o facto incontroverso de a *Análise Social* se haver tornado, objectivamente, muito menos atractiva para o leitor comum do que

nos seus primitivos tempos. Bom indício de tal mudança é precisamente não terem aparecido novos atraentes «números especiais», sobre amplos temas de grande alcance e actualidade nacional. Essa evolução, que, encarada de certo ângulo, aparece como um lamentável retrocesso, foi de facto, vista de outro ângulo, a resultante de um progresso notável e muito importante. A *Análise Social* era a princípio, prevalentemente, já o disse, uma revista de «estudos sociais». A pouco e pouco, foi-se transformando numa revista de «ciências sociais». Tornou-se por isso, inevitavelmente, menos interessante para o leitor comum; mas tornou-se muito mais interessante para o investigador, o especialista, o estudioso e o estudante interessado nas ciências sociais. No entanto, ainda hoje surpreende a aceitação que a *Análise Social* tem para além dos círculos estritamente académicos. Lá fora, as revistas de ciências sociais repousam no silêncio das bibliotecas ou vivem tranquilamente na pacatez dos gabinetes dos investigadores ou dos professores universitários. Em Portugal, já tenho visto no Verão a *Análise Social* no redor ensoalhado de piscinas. E quando digo a um britânico, a um francês ou a um italiano a quanto monta a sua tiragem, é infalível a reacção de surpresa.

Em segundo lugar, há a colossal mutação do contexto sociopolítico, comunicacional e informacional. Até ao 25 de Abril havia um vasto público sequioso de informação. Eram muitos os potenciais leitores da *Análise Social* que viam o mundo externo e o mundo interno a mudar à sua volta, mas que muito pouco sabiam acerca dele. A informação, os estudos, as análises objectivas provocavam por isso facilmente sensação. Eram prontamente acolhidos, lidos, assimilados. O que se escrevia acerca da sociedade portuguesa em revistas e livros, e o que se dizia, sem às vezes ter directa ou imediata relação com ela, em conferências ou lições, era objecto de intensa atenção. Neste aspecto, o Portugal de hoje é imensamente diferente do Portugal de então. Muito para além das revistas e dos livros, os diários, os semanários, a rádio e a televisão injectam constantemente informação acerca da sociedade no meio onde vivemos. Não digo, nem aqui interessa, se essa informação é boa ou má, completa ou incompleta, correcta ou desfigurada. O que digo é que andamos todos «saturados» de informação. Dificilmente algo mais que o grande acontecimento inopinado, ou o puro escândalo, pode ser, neste contexto, sensacional, ou causar ao menos surpresa. Há um poderoso caudal em que tudo o que se diz, ou se escreve, prontamente mergulha, se dissolve e é rapidamente levado na torrente. Neste aspecto, não temos nenhuma lição a colher do passado, porque tudo mudou radicalmente. Quando muito, poder-se-á colher a lição de que, se nos tempos idos os investigadores sociais podiam buscar em simultâneo ciência e grande impacto social, agora têm geralmente de optar por um deles. Para quem vem de um tempo em que não era indispensável fazer tal escolha, nem sempre é fácil, nem agradável, ter de a fazer. Mas, goste-se ou não, ela impõe-se, em regra sob pena de insucesso nas duas frentes.

Não, não foi apenas por efeito, num caso particular, de uma lei geral de inércia dos preconceitos sociais, nem tão-pouco foi apenas por efeito, num caso particular, de uma qualquer «self fulfilling prophecy», que a *Análise Social* perdeu terreno, e muito terreno, junto do público que anteriormente a procurava, a esperava e a consumia. Foi também, e hoje é com certeza muito principalmente, porque em termos objectivos a *Análise Social* se tornou muito menos apta a responder às apetências de informação desse público.

Foi ainda porque, igualmente em termos objectivos, criou ela mesma dissonâncias entre os seus conteúdos e a sua própria forma de os exprimir e comunicar, por um lado, e, por outro, os interesses cognitivos e os dispositivos mentais de acolhimento de informação de muitos dos leitores com os quais facilmente entrava e se mantinha, anteriormente, em consonância. E foi enfim porque passou a ter de enfrentar, em terreno larguissimamente desvantajoso para ela, a concorrência informacional, nesse mesmo público, de inumeráveis agentes comunicacionais enormemente mais potentes. Creio que é elementar, mas é bom e importante compreender tudo isto. A mim, evita-me a lamentação do passado. Sobretudo, leva-me a entender que a *Análise Social* de ontem foi uma e que a *Análise Social* de hoje é outra, e que assim é e deve ser. Como no livro célebre de Simone de Beauvoir, trata-se muito simplesmente de reconhecer e acatar a dura «force des choses».

Esta longa digressão veio a propósito dos efeitos perversos da publicação, no n.º 25 da *Análise Social*, do artigo de intervenção sobre política universitária assinado pelo Prof. Miller Guerra e por mim. Porventura ensina a história e experiência da *Análise Social* até onde se pode ir, sem inconveniente para a revista, no tratamento político de temas abordados nas suas páginas? Creio que sim.

Na Nota Preliminar do «número especial» de 1964 sobre «Aspectos sociais do desenvolvimento económico em Portugal», eu afirmava que as políticas de desenvolvimento e planeamento então adoptadas no País tinham feito opções que deixavam «de lado ou na sombra questões fundamentais e agudas». Era por isso que a *Análise Social* pretendia «contribuir para o alargamento do âmbito dos estudos sobre o desenvolvimento em Portugal; abrir o leque dos temas discutidos; fazer entrar na análise dos factos e na determinação dos problemas variáveis ainda não consideradas». Era um programa que evitava inteiramente a penetração na área política. Dois anos depois, no n.º 13 da revista, eu avancei, contudo, para além desses objectivos, e entrei no campo da crítica aberta daquelas políticas, mas de uma crítica extremamente genérica. Em Portugal, escrevi, «os indicadores sociais não acompanham a marcha dos indicadores económicos», o que significa que «os custos humanos do crescimento económico» recaem «duramente sobre os estratos menos favorecidos da população». Isto acontecia num tempo, acrescentei, em que a intensificação das mudanças sociais, principalmente das que provocavam o aumento espectacular do caudal emigratório para a Europa, ou dele resultavam, obrigava só por si a rever profundamente os modelos e os pressupostos das políticas de desenvolvimento e planeamento praticadas. «São as condições de vida e as esperanças de progresso, ao nível das classes trabalhadoras, que importa incrementar.» O País carece, concluí, de uma política económica e social «orientada para a correcção das desigualdades internas» e para «a difusão dos benefícios do crescimento económico».

Fui, pois, até aqui, mas só até aqui. E de o ter feito não adveio nenhum inconveniente, ao contrário do que mais tarde sucederia com as posições assumidas em matéria de política universitária. Creio que a lição que daqui se desprende é útil, e mesmo fundamental, para os dias que correm da *Análise Social* e do I.C.S. Ninguém estranha, suponho, que um investigador social declare os valores e as finalidades que o movem a interessar-se por uma determinada temática ou por um determinado campo de investigação. Ninguém

o acusará de quebra de objectividade no trabalho científico por dizer o que acerca dela ou a respeito dele deseja objectivamente saber para que as suas «preferências sociais» melhor possam ser realizadas. Declará-las é honesto, e já nas primeiras décadas deste século foi aconselhado aos investigadores sociais por Gunnar Myrdal, que praticou o conselho e nem por isso foi menos lido.

Se me perguntassem, pois, até onde pode ir a *Análise Social* na aproximação à política, eu responderia que a experiência mostra ser este o limite.

9. *Porque não se publicaram
novos «números especiais»
sobre grandes temas nacionais?*

Em 1970 a *Análise Social* voltou a publicar um «número especial», o n.º 27-28, sobre «O desenvolvimento em Portugal. Aspectos sociais e institucionais». Foi um complemento valioso, e em certos domínios um aprofundamento necessário, de temas abordados no «número especial» de 1964 sobre «Aspectos sociais do desenvolvimento económico em Portugal». Mas foi a última vez que se publicou um número duplo ou triplo da *Análise Social* totalmente dedicado a uma grande temática de interesse nacional. Posteriormente foram, é certo, publicados, quase diria periodicamente, «números especiais», em geral de nível elevado, que constituem bons instrumentos de trabalho para os investigadores sociais e para os historiadores. Nunca mais surgiram, porém, «números especiais» como aqueles primeiros acerca do desenvolvimento ou da Universidade. Foi uma tradição que cedo se quebrou. É pena. Mais importa, contudo, que lamentar o facto, procurar compreendê-lo, buscando as suas razões. Começarei por adiantar, antecipando a conclusão do que passarei a expor, que também neste caso se tratou de efeito «perverso», ou resultante não esperada, de acções e decisões orientadas para outros fins.

1969 foi o ano do surgimento do 2.º GIS, a que já me referi, mas que não é ainda desta feita que direi o que foi. A partir dessa data, o GIS teve de concentrar-se em si mesmo, teve verdadeiramente de voltar-se para si próprio, a fim de se criar como organismo de investigação que até aí só muito limitadamente era. Passou a contar com investigadores em tempo completo, cujo número foi aos poucos crescendo. E teve diante de si uma tarefa que era de vida ou de morte: a tarefa de formar, preparar, «pós-graduar» como investigadores sociais os jovens estudiosos que nele se haviam congregado e cujas formações universitárias de base eram as mais diversas, mas nunca em ciências sociais. Ou no GIS eles se conseguiriam formar ou o desastre seria total.

A tarefa crucial do GIS foi, pois, a partir desse momento, a pós-graduação, aliás sem atribuição de graus académicos, do seu pessoal investigador. Não se podia recorrer a cursos de pós-graduação no País, porque não existiam; e também não se podia recorrer a cursos de pós-graduação no estrangeiro, porque faltava o dinheiro necessário. A pós-graduação teve de efectuar-se no próprio GIS. Não foi fácil e demorou muito tempo. Parecia uma batalha antecipadamente perdida a de transformar licenciados nos mais diversos ramos do saber universitário, ao mesmo tempo e lado a lado, em

sociólogos. Mas a batalha não foi perdida, foi ganha. A eles se deveu que tenha sido ganha. Poderia pedir-se-lhes, porém, que simultaneamente se ocupassem, todos juntos, de grandes temas nacionais? Com certeza que se lhes poderia pedir, mas nunca teriam chegado a ser investigadores sociais.

Depois, nos começos dos anos 70, foi-lhes pedido que acorressem como bombeiros a salvar a reforma do ISE e a criação do ISCTE. A reforma do ISE, porque os currículos haviam sido apressadamente alterados por motivos que adiante direi, de modo a incluir cadeiras de Sociologia. E a criação do ISCTE, porque os seus cursos compreendiam um número considerável de disciplinas de Ciências Sociais, que ninguém mais poderia leccionar. Grande parte do tempo que deveriam ter continuado a consagrar à sua formação pós-graduada dispensaram-no a dar aulas pouco eficazes a dezenas e centenas de estudantes. Depois, vieram as turbulências dos tempos do PREC, e só bastante mais tarde algum sossego: antes foi o prolongado desgaste. Já se estava bem perto dos anos 80, quando a tranquilidade enfim reveio.

Então, conforme já lembrei, encontrou-se cada um perante as exigências da carreira docente universitária: preparar o seu doutoramento e a sua dissertação. Foi cada um para seu lado, concentrar-se de novo na sua formação e na sua investigação. Ora, as investigações eram, nesses dias ainda muito próximos de hoje, extraordinariamente demoradas, porque muito pouco era o dinheiro e porque não havia computadores. De novo, pedir-lhes que dedicassem, em uníssono, a grandes temáticas nacionais, muito tempo, muito estudo e muito entusiasmo, era impossível. Pedir-lhes, não passou de facto pela cabeça de ninguém.

Por fim e aos poucos, os pioneiros começaram a tornar-se formalmente doutores: a sua pós-graduação estava concluída, na medida em que a pós-graduação alguma vez se conclui. Entretanto, outros vieram após eles, sobretudo depois da transformação em 1982 do GIS em I.C.S., iniciar o mesmo ciclo e precisaram dos anteriores para os orientar. Em orientá-los e sobretudo em dirigir finalmente equipas de investigação, estes últimos encontraram-se plenamente ocupados como é normal que os «seniores» o estejam em institutos de investigação. Além disso, uma nova tradição estava assim criada e bem estabelecida: uma tradição de concentração no trabalho científico metódico e perseverante, sempre discreto e até obscuro, e na formação científica interna dos «juniores», sob a orientação dos mais velhos e mais qualificados. É uma tradição certa, e certa é a linha que aponta para o futuro. Se alguma coisa há a fazer, é levá-la às suas últimas consequências, principalmente no campo da formação e pós-graduação internas, onde nem tudo está bem. Mas é também uma tradição relutante e desconfiada perante iniciativas de grande impacto exterior, nas quais tende a ver sobretudo a componente «operação de prestígio» e a vertente «sensacionalismo» e «retórica», que lhe parecem pouco sérias e terem de ser evitadas.

Eis como a *Análise Social*, tendo começado por fundar muito do seu sucesso e prestígio na concepção, elaboração e publicação de aparatosos «números especiais» sobre temáticas de grande alcance e actualidade nacional, é hoje órgão e expressão de um instituto que não se inclina facilmente, nem muito menos espontaneamente, para esse tipo de iniciativas e de realizações espectaculares. O que não significa, evidentemente, que estas sejam, nele, de todo impensáveis. Mas disso não tenho de me ocupar aqui.

A opção, muito convictamente tomada nos últimos anos 60 e depois recuperada e confirmada quando já muito adiantados iam os anos 70, pela pós-graduação interior ao GIS, ou melhor: pela subordinação de tudo nas actividades do GIS à prioridade absoluta de assegurar a melhor preparação possível aos seus investigadores, essa opção, dizia, teve a prazo dois resultados institucionais maiores. À uma, conduziu à progressiva constituição, ainda hoje não inteiramente concluída, de um organismo de investigações onde a investigação brotou do interior de actividades de autoformação e como seu necessário e lógico ingrediente e prolongamento. Antes de investigar, os investigadores estudaram; e foi estudando que, em dado momento, sentiram o imperativo de investigar. À outra, levou a que esse organismo produzisse, de dentro de si e a partir de si, assumindo-os como próprios, os seus mesmos e específicos fins, os quais vieram naturalmente a coincidir com os da investigação em que cada vez mais se empenhou. Nos começos dos começos, tinham sido essenciais no GIS finalidades exteriores às do trabalho científico. Com o tempo e por causa da absoluta ênfase posta na autoformação do seu pessoal investigador, as finalidades intrínsecas à própria investigação adquiriram primazia sobre quaisquer outras. É hoje de bom tom, ou de rigor, dizer, como eu mesmo atrás disse, «perverso» este segundo efeito, porque veio por acréscimo e não foi expressamente pretendido. Que tenha havido «perversão», é exactamente, porém, o que não creio. Se algo houve, foi um processo de decantação de intuítos e de fins em vista. Além disso, um processo de decantação de formas e processos de actuação para o interior e para o exterior. Pode não se gostar, ou pode-se ter pena, mas é assim.

Não será fácil que do I.C.S. venham novos «números especiais», imponentes e portentosos como os primeiros. Não será fácil, mas não é impossível. Os dos tempos idos também exigiram muita determinação e muito voluntarismo.

10. A *Análise Social*, na alvorada das *Ciências Sociais em Portugal*

Que foi, que fez, para que serviu a *Análise Social*? A *Análise Social* não foi na origem uma revista de Ciências Sociais, mas a corrente levou-a a transformar-se numa revista de Ciências Sociais. Pelo caminho, abriu passagem às ciências sociais em Portugal.

Quando a *Análise Social* surgiu, o interesse pelas ciências sociais apenas começava a despontar no nosso País, após um prolongado apagamento politicamente desejado e mantido. Quando digo «Ciências Sociais», quero aliás dizer principalmente «Sociologia», porque a Economia, a Demografia e a Ciência Política têm as suas denominações próprias e consagradas.

A Sociologia era geralmente considerada então inútil e abstrusa. Para os responsáveis do Regime não era, porém, somente inútil e abstrusa, era também e sobretudo perigosa, suspeita, subversiva. Salazar dissera que se tratava de «um socialismo disfarçado» ou de qualquer coisa confusa que «já no seu tempo não se sabia o que era».

A *Análise Social* começou, desde cedo e quanto lhe foi possível, a abordar em termos sociológicos as realidades sociais do País. Começou também,

desde cedo e quanto lhe foi possível, a utilizar a Sociologia no equacionamento de problemas sociais e de problemas de desenvolvimento. Deste modo, a revista foi abrindo espaços para as ciências sociais. Eram a princípio espaços muito restritos, mas nos quais os preconceitos sociais e políticos contra a Sociologia começaram a ser combatidos da forma mais eficaz, isto é: mostrando a utilidade e importância da Sociologia para a melhor compreensão das realidades sociais.

Por outro lado, a *Análise Social* contribuiu para que, a partir do interior do crescente interesse pelos problemas sociais e de desenvolvimento, o interesse pela Sociologia fosse reactivado no nosso País e se passasse a olhar para ela como uma nova e indispensável perspectiva a ter em conta.

Do n.º 9-10, de 1965, em diante, a Sociologia tornou-se, porém, ela mesma objecto privilegiado de atenção nas páginas da *Análise Social*. Na Apresentação desse número, depois de insistir em que a Sociologia podia contribuir para o «entendimento de problemas fundamentais com que as sociedades contemporâneas se defrontam», eu lamentava que a presença da Sociologia tivesse sido, até então, «escassa» na *Análise Social*. E exprimia uma intenção e um voto: «que doravante se alargue o cunho sociológico da revista, sem no entanto a desviar do seu interesse pelos problemas sociais.»

De facto, a partir dessa data foi desenvolvido na *Análise Social* todo um trabalho pedagógico e de divulgação que tinha em vista tornar mais conhecida a Sociologia, melhor compreendidos os seus métodos e a sua específica forma de abordar as realidades sociais, e mais reconhecida a sua utilidade, quer como instrumento de investigação e de produção de conhecimentos, quer como utensílio do mais correcto e completo equacionamento de problemas sociais. Esta acção foi empreendida e realizada através da publicação de artigos originais portugueses e, ao princípio, sobretudo de artigos traduzidos de revistas estrangeiras, porque por então sociólogos portugueses quase não havia. Nesses artigos procurava-se, digamos, «explicar» o que era a Sociologia, ou então abordavam-se questões básicas da sua metodologia e, mais tarde, da sua epistemologia, ou exemplificavam-se utilizações das teorias e métodos sociológicos na análise e interpretação de realidades sociais.

Simultaneamente, a existência e a boa qualidade da *Análise Social* permitiram convidar para vir ao País um número considerável de sociólogos estrangeiros, professores e investigadores de renome internacional. No âmbito das actividades do GIS, esses sociólogos vieram leccionar, sucessivamente no ISCEF, na Fundação Calouste Gulbenkian e no Instituto de Estudos Sociais — que em 1972 deu lugar ao actual ISCTE —, cursos livres de curta duração, em geral uma semana, mas de nível excelente, em diversos ramos da Sociologia. Alain Touraine leccionou um curso de Sociologia do Desenvolvimento, Serge Hurtig um curso de Sociologia Política, Henri Mendras um curso de Sociologia Rural e, depois, um sobre o Êxodo Rural, Jean-Daniel Reynaud um curso de Sociologia do Trabalho e, depois, um sobre a Sociedade Industrial Moderna; e assim por diante. Estes cursos foram seguidos por um público numeroso e extremamente interessado e interveniente nos debates que se abriam após cada lição. Era um público composto por estudantes e docentes universitários, por intelectuais, por professores do ensino secundário e por técnicos superiores da Administração Pública e de grandes empresas. Sem dúvida que ampliaram e intensificaram muito, embora apenas em Lisboa, os efeitos do trabalho pedagógico desenvolvido

nas páginas da própria *Análise Social*. Além disso, contribuíram para reforçar a marca de dignidade científica e académica que a *Análise Social* se esforçou desde o princípio por imprimir na Sociologia.

Deste modo, por entre silêncios e silenciamentos, por entre desconfianças acerca do seu mérito científico ou do seu significado político, foi-se abrindo, devagar embora, caminho a um renascimento e a uma penetração crescente da Sociologia no nosso País. Foi um período de «apostolado» das ciências sociais em Portugal, ou, se preferirmos, de proselitismo.

A inflexão da *Análise Social* e do GIS em direcção à Sociologia foi ideia minha. Quando pela primeira vez a expus em reunião do GIS, a reacção foi comedida e muito fria. Mas eu escolhera bem, sem o ter conscientemente escolhido, o momento para a propor. Dos cinco membros que então formavam o GIS, um ficou calado e olhou-me com estranheza, um outro disse uma pilhéria qualquer que significava: «veja lá onde se mete e nos mete», dois apoiaram, mas sem saber ao certo o que dizer, o último era eu, o único convicto e entusiasta. Quanto ao Prof. Pires Cardoso, concordou, mas em voz pausada e como que relutante. Seja como for, ninguém abertamente se opôs. Se a reunião se tivesse efectuado e a minha proposta tivesse sido apresentada alguns meses antes, creio que a oposição teria sido forte e que a minha ideia não teria passado. Mas, pouco antes, tinha sido publicado o «número especial», que tinha sido iniciativa e obra minha, sobre «Aspectos sociais do desenvolvimento económico em Portugal». O seu êxito tinha sido impressionante, muito para além do que todos poderiam esperar. Por outro lado, o meu artigo incluído nesse volume era amplamente discutido e apreciado, apesar de se tratar de um artigo sociológico, resultado, como já disse, da minha primeira grande «aventura sociológica». No seio do GIS, resultara de tudo isso um singular reforço da minha liderança intelectual. Quando falei de inflectir em direcção à Sociologia, o momento não era azado para que os outros me contrariassem: pelo contrário, dispuseram-se a fazer fé na minha ideia e deixaram-na passar.

Por mim, dei a ideia por adquirida e andei para a frente. Naquele dia começou para mim uma história interminável — uma história que foi também do GIS e é agora do I.C.S.

Não fui, nesses tempos, o único a labutar em Portugal pelas Ciências Sociais. Mas aqui só me cabe referir o que foi feito em ligação com a *Análise Social* e o GIS. Não vou fingir, por falsa modéstia, que não fui eu que o fiz. Conteí, porém, com dois colaboradores inestimáveis. O primeiro foi Raul da Silva Pereira e o segundo José Carlos Ferreira de Almeida.

Raul da Silva Pereira era formalmente o secretário da redacção da *Análise Social*. De facto, foi o incansável obreiro da sua realização. Fazia tudo: escrevia artigos e notas, melhorava a forma de artigos de terceiros, recolhia e elaborava informações, lia livros e fazia recensões bibliográficas e ocupava-se até ao mínimo pormenor e com esmero inexcedível da produção gráfica da revista. Consumia todos os tempos livres a ocupar-se da *Análise Social*, durante anos sem qualquer remuneração. São coisas que hoje não se fazem, nem sequer se imaginam, e que não há maneira de apreciar.

José Carlos Ferreira de Almeida foi durante anos o único sociólogo português com sólida preparação teórica e metodológica em Sociologia Moderna. Estava entusiasticamente empenhado na introdução e na institucionalização

da Sociologia em Portugal. Trabalhou infatigavelmente para esse fim. Foi ele quem me abriu as portas da 6.^a Secção da École Pratique des Hautes Études, de Paris, e do Institut d'Études Politiques, da rue Saint-Guillaume, levando-me assim a estabelecer relações com os melhores sociólogos franceses, que depois vieram leccionar cursos em Portugal, conforme relatei. Foi ele que me introduziu em domínios da criação científica no campo das Ciências Sociais que eu até aí desconhecia.

Sem Raul da Silva Pereira, a *Análise Social* não teria sido o que foi, nem chegaria a ser o que hoje é. Sem José Carlos Ferreira de Almeida, a entrada e a marcha das Ciências Sociais no nosso País teriam sido bem mais lentas e demoradas do que foram.

11. *Do interesse pelas Ciências Sociais à obsessão pelo Marxismo.*

Quando hoje recordo o que fiz naqueles tempos de pioneirismo das Ciências Sociais, tenho de reconhecer que segui a estratégia mais adequada, embora acalentando pelo caminho algumas expectativas e ilusões que o tempo desvaneceu.

Mobilizei recursos provenientes de três fontes: a Fundação Calouste Gulbenkian, a Junta de Acção Social e o Congresso para a Liberdade da Cultura. Na Fundação Gulbenkian, valeu-me de muito ter podido contar sempre com o interessamento activo e o apoio de um homem muito inteligente e culto: o Dr. José Ribeiro dos Santos, que era então e foi até há pouco o director do Serviço de Ciência. A sua aberta simpatia pelas Ciências Sociais teve, creio eu, grande importância para a decisão, tomada pelo Doutor José de Azeredo Perdigão, que era na altura o administrador do pelouro da Ciência, além de presidente do Conselho de Administração, de criar, junto do GIS, o Grupo de Bolseiros de Sociologia, a que já pontualmente aludi e de que adiante hei-de voltar a falar. Além disso, o seu parecer foi decisivo para que os cursos de breve duração, atrás mencionados, pudessem realizar-se. Grande parte deles foi efectivamente financiada pela Fundação.

A Junta de Acção Social era o organismo cêntrico do Plano de Formação Social e Corporativa, a que também já aludi. Os seus dinheiros, que eram muitos, provinham na maior parte das Caixas de Previdência Social. Eram portanto dinheiros obtidos das empresas e destinados em princípio aos trabalhadores; mas sabe-se em que medida os recursos da Previdência foram desviados pelo Salazarismo para outros fins. Na altura, não me ocorreu qualquer objecção de consciência a solicitar uma enésima parte desses fundos para tornar possíveis alguns dos cursos breves de Sociologia que se efectuaram no Instituto de Estudos Sociais. Este Instituto dependia, aliás, ele próprio, da Junta de Acção Social. Pedi apoio, para o efeito da realização dos cursos, ao Doutor Fernando Pessoa Jorge, que era professor na Faculdade de Direito de Lisboa e director do Instituto. O apoio foi pronto e total — o que provavelmente em parte resultou de também ele pertencer à geração jucista que adiante ocupará lugar importante neste depoimento.

Por último, houve o Congresso para a Liberdade da Cultura, de cujo comité português eu fazia parte, juntamente com homens como António Alçada Baptista, João Bénard da Costa e Nuno de Bragança. O Congresso

financiou vários dos cursos breves, uma prolongada estada minha em Paris, que me permitiu criar sólidas relações pessoais e institucionais com a Sociologia francesa, a minha participação em importantes reuniões internacionais de sociólogos, a ida de dois bolseiros do grupo de Bolseiros da Fundação Gulbenkian a um congresso mundial de Sociologia, e algumas outras realizações de que já me não recordo bem. Um dia, porém, rebentou o escândalo. Algum jornalista diligente demonstrou algo que todos no Congresso, à excepção do respectivo presidente, e no comité português, ignoravam: que o Congresso para a Liberdade da Cultura era, não sei se directa ou indirectamente, financiado pela CIA. Tenho de confessar que não me perturbei, nem fui assaltado por quaisquer escrúpulos, ao descobrir que, sem o saber, tinha utilizado dinheiros da famigerada Agência; e foi com aborrecimento que vi esta fonte secar repentinamente. Secou precisamente no momento em que mais falta me fazia, quando tinha já preparado um plano de «bombardeamento» de todas as principais Escolas universitárias da capital, com cursos de Sociologia adequados aos interesses específicos dos docentes e alunos de cada uma dessas Escolas. Era um belo plano a que tive de renunciar, e que nunca mais retomei. Sem os maléficos dinheiros da CIA, os avanços da Sociologia, que já se faziam muito lentamente, tiveram de se fazer ainda com mais vagar. Mas *noblesse oblige*, como dizia alguém ...

De qualquer modo, não era pela via da multiplicação de cursos breves, como na altura cheguei ingenuamente a crer, que se chegaria à institucionalização da Sociologia em Portugal. O meu projecto consistia, neste aspecto, em suscitar o desenvolvimento de um gosto e de um desejo fortes de Sociologia no nosso País. Ou, para usar linguagem de economista, suscitar a criação de uma procura ampla de Sociologia, à qual por fim uma oferta tivesse de responder. Creio que o que fiz terá de facto contribuído para esse resultado, mas muito pouco. Felizmente, porém, não era necessário. O gosto e o desejo de Sociologia, a partir de certa altura, irromperam com força na sociedade portuguesa. Simplesmente: irromperam por outras vias e por outros motivos que não eram os da mera curiosidade científica. Irromperam pela via da contestação social e política e como parte e utensílio teórico dessa contestação.

Aos jovens estudantes contestatários, a Sociologia interessava como desmistificação e instrumento de desmistificação das ideologias e ocultações que disfarçavam e desfiguravam a realidade da opressão social e política de umas classes sociais por outras e de uns povos por outros povos, ou a realidade da repressão sexual. Esta circunstância teve um inconveniente muito sério: a Sociologia foi rapidamente confundida com Marxismo, uma vez que o Marxismo aparecia então, e não apenas aos estudantes, como a arma intelectual mais potente da desvelação e desautorização dos mecanismos de opressão e repressão social sobre os quais as sociedades capitalistas se fundavam. Deste modo, a Sociologia encontrou-se por momentos situada no hiato entre dois conjuntos de gerações: o das mais velhas, que desconfiavam muito dos méritos científicos ou das intenções políticas da Sociologia, e que mais do que nunca tinham agora boas razões para desconfiar, e o das que nela acreditavam não por ser Sociologia, mas por ter sido palavra, ideia e obra de Marx.

É claro que a *Análise Social* e os cursos de Sociologia do GIS, que terão podido temporariamente dar alguma satisfação ao gosto e desejo de Socio-

logia, deixaram de a dar. O gosto pela Sociologia continuou a crescer, o desejo de Sociologia continuou a expandir-se; mas capacidades indefinidas de negação e resistência a gostos e desejos amplamente difundidos na sociedade, já o Salazarismo as tinha exuberantemente demonstrado e continuava a demonstrá-las à saciedade.

Foi necessário, por isso, chegar às agonias do Regime, já nos primórdios dos anos 70, para que por fim o Estado Social de Marcello Caetano cedesse um pouco à pressão, resistindo-lhe, porém, com eficácia até ao fim. Foi então que se pôde ver que a *Análise Social* e o GIS, nessa altura já o 2.º GIS, tinham vindo a desempenhar um papel de crucial relevância para a institucionalização das Ciências Sociais em Portugal. Também foi então que eu pude dizer para comigo que a estratégia que tinha adoptado e prosseguido durante todos aqueles anos, estava, com inevitável demora, a resultar bem, embora com dificuldades inesperadas que eu talvez devesse ter previsto. De tudo isso falarei mais para diante.

12. As Ciências Sociais numa conjunção de estratégias

Em 1969, eu era tranquilamente professor catedrático na Academia Militar.

Gostava de lá ensinar. As disciplinas que tinha a meu cargo eram, para os cadetes-alunos, uma janela sobre o mundo, uma janela que me dava gosto manter aberta. Além disso, eu tinha acerca do Regime uma «teoria», de acordo com a qual o meu cargo na Academia Militar era um posto de observação privilegiado. A «teoria» era extremamente simples: que a verdadeira base de sustentação do Regime eram as Forças Armadas, nas quais ninguém à minha volta pensava quando procurava explicação «científica» para a interminável duração do Regime. Da minha «teoria» decorriam duas consequências empíricas, directamente observáveis: à uma, que o Regime não cairia, fizesse-se o que se fizesse, enquanto as Forças Armadas lhe prestassem apoio; à outra, que o Regime cairia instantaneamente, quando as Forças Armadas lho retirassem. Observar o que se ia passando no interior das Forças Armadas, em relação com o Regime, era, nesta perspectiva «teórica», de importância crucial: permitia saber se o Regime cairia ou não e, em caso de queda previsível, mais ou menos quando cairia. Foi assim que me arrojei a prever que cairia na primeira metade dos anos 70, e o disse a um amigo meu, muito descrente das virtudes previsionais da Sociologia, mas muito crente, depois da morte política de Salazar e do advento do Marcelismo, em que o Regime perduraria indefinidamente.

Estranhamente, fora na Academia Militar que o Regime permitira que eu me alojasse profissionalmente, do mesmo passo que me barrara a entrada no Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, o actual ISCSP.

No ISCSPU, para o qual o Prof. Adriano Moreira me convidara quando eu estava prestes a sair do ISCEF por cessação do meu contrato de assistente, a informação da PIDE fora negativa e definitivamente impeditiva. Na Academia Militar, a informação da PIDE fora também negativa e tam-

bém deveria ter sido impeditivo, mas o Comandante, nessa altura o General Buceta Martins, que tinha muito apreço por mim, pôde passar sobre ela, precisamente talvez porque era General. Em 1969, eu era portanto, há cerca de oito anos, professor na Academia Militar.

Nesse ano, o ISCEF «estoirou», quase se desfez como instituição. Perante uma avalanche monumental de alunos, que ano após ano se tinha vindo incessantemente a avolumar, todas as estruturas do Instituto cederam. Deixou de haver aulas. O ensino cessou. Não mais se faziam testes ou exames: não havia qualquer avaliação de conhecimentos. Os professores haviam entrado em pânico. Os alunos ocupavam livremente todo o espaço, em constantes reuniões e assembleias, onde tudo se estudava e discutia, desde os segredos mais profundos do capitalismo e do colonialismo, até às mais obscuras razões dos tabus sexuais. Tudo, menos as matérias das diferentes disciplinas, cujos programas haviam sido inteiramente refundidos pelos estudantes. A contestação tinha triunfado e era agora Poder no ISCEF. Todo o ano de 69-70 decorreu assim.

Um homem, na verdade um homem excepcionalmente inteligente e dedicado ao ISCEF, o Prof. António Manuel Pinto Barbosa, aceitou a aventura da restauração institucional do ISCEF, sem polícia e sem «gorilas». Tinha um plano que nunca me desvendou, mas que eu vi desenvolver-se na prática em quatro direcções: melhoramento e alargamento imediato das instalações do Instituto; integração, no seu corpo de professores, de homens publicamente reputados, não somente competentes nas suas especialidades, como também independentes e críticos em relação ao Regime; reconsideração e revisão do currículo escolar e dos programas das diversas disciplinas, de modo a ir ao encontro dos interesses dos estudantes; alteração dos métodos de avaliação de conhecimentos, por forma a retirar-lhes quanto possível o cunho repressivo.

O plano teve sucesso. Com inacreditável rapidez, atentos os costumes da Administração Pública em Portugal, as instalações do ISCEF foram consideravelmente melhoradas e amplificadas. O currículo foi modificado, passando a incluir disciplinas de Ciências Sociais. Os programas das diversas cadeiras foram reelaborados, a fim de neles se incluir a exposição das teorias e teses marxistas acerca das respectivas matérias. Na avaliação dos conhecimentos, os métodos passaram a prever, um pouco por toda a parte, a intervenção dos alunos. Professores novos, prestigiados e de facto críticos em relação ao Regime, apareceram integrados no corpo docente alargado. O plano, que suponho foi gizado com a participação de Francisco Pereira de Moura, foi um êxito; mas foi também um fracasso total. Foi um fracasso porque não podia deixar de o ser. Foi-o porque os movimentos e os conflitos que atravessavam o ISCEF não podiam ser superados ao nível dele. Eram movimentos e conflitos que não tinham apenas que ver com as instalações, as disciplinas, os exames e os professores: tinham que ver directamente com o Estado e as suas políticas, principalmente com as guerras no Ultramar, e tinham que ver com a ordem social no seu conjunto e com as suas ideologias, normas e modos de funcionar. Por outro lado, os professores não entendiam o plano; nem mesmo o entendiam os novos professores. Um dia, o Prof. Pinto Barbosa, após ouvir, de um a um, todas as críticas que no Conselho Escolar lhe quizeram fazer, encerrou a sessão do Conselho, dizendo apenas: «boa viagem, meus senhores.» Era já o ano lectivo de 71-72. E assim

fechou a experiência corajosamente tentada pelo Prof. Pinto Barbosa, como director.

Surgiu um novo plano, então a nível ministerial: desafogar o ISCEF da imensa massa de alunos que o submergia e o destruía, distribuir os estudantes que acorriam ao ISCEF por outras Escolas. Havia o ISCSPU: para ele podia ser canalizada uma parte desses estudantes, e foi o que se fez. Fal-tava, porém, outra Escola, para que o desafio fosse bastante. Surgiu, assim, ao Ministro Veiga Simão a ideia de aproveitar o então vacilante Instituto de Estudos Sociais, aquele de que eu me servira para a realização de alguns dos cursos breves de Sociologia que empreendi. O I.E.S. começara a funcionar em 1963 e começara bem, com grande afluência de alunos e grande entusiasmo de professores. Dez anos depois, estava quase moribundo, porque fora mantido em marginalidade, não sendo integrado em qualquer Universidade e não sendo sequer reconhecido oficialmente como Escola Superior. Desde o primeiro ano do I.E.S., eu tinha advertido, em relatório ao Conselho Escolar e ao Director, que tal evolução seria inelutável, ou antes, que ela só poderia ser evitada se o Instituto fosse integrado numa Universidade de Lisboa. Ano após ano, trabalhei com esse fito, mas sem qualquer sucesso palpável, a não ser o de manter presente no Ministério da Educação a ideia de que havia um «problema I.E.S.» a resolver. Dez anos após, o resultado estava à vista, as minhas previsões, que não eram difíceis de fazer, estavam confirmadas.

Entretanto, o I.E.S. tinha sido muito importante para a minha formação e carreira como sociólogo e investigador social. As disciplinas de Ciências Sociais, que nele regi, bem como o caloroso interesse e gosto dos meus alunos pelo que para eles ia aprendendo e lhes ensinava, representaram um estímulo fundamental para a clarificação e o aprofundamento no meu espírito do que era e como operava a Sociologia. Quando o Ministro Veiga Simão expôs a ideia de resolver o «problema I.E.S.», mas de modo a, conjuntamente com o ISCSPU, ajudar a desabafar o ISCEF, eu rejubilei: o que durante dez anos quisera que o I.E.S. fosse estava enfim à beira de acontecer. E assim foi. Do ponto de vista jurídico, o I.E.S. foi extinto, dando lugar ao ISCTE. De facto, o ISCTE nasceu do I.E.S. Eu, que era professor do I.E.S., fui o primeiro dos seus professores de carreira, o seu primeiro professor catedrático, e também fui o seu primeiro (e último) subdirector, encarregado da direcção e organização da actividade pedagógica e do recrutamento do pessoal docente. Para ser professor e subdirector do ISCTE, tive de abandonar o ISCEF, quando este já se chamava ISE.

Fiz parte, portanto, do plano do Prof. Pinto Barbosa para o ISCEF e, mais tarde, do plano, que incluía a criação do ISCTE, do Prof. Veiga Simão. Porquê? Não apenas, nem principalmente talvez, por eu ser quem era, mas porque tinha comigo um grupo de jovens estudiosos das Ciências Sociais, que se haviam congregado no GIS e que no GIS se estavam a formar como especialistas em Ciências Sociais. Foi por isso que a minha estratégia, conjugando-se com as estratégias do Prof. Pinto Barbosa e do Prof. Veiga Simão, resultou bem. E foi por isso que toda esta conjugação de estratégias acabou por conduzir directamente à primeira institucionalização das Ciências Sociais no nosso País, como adiante mostrarei. Tenho neste ponto, no entanto, de voltar um pouco atrás.

13. *A primeira institucionalização universitária da Sociologia em Portugal*

O interesse central pelas ciências sociais, abertamente demonstrado pela *Análise Social* nas suas páginas e pelos diversos modos que anteriormente referi, e que o GIS ele próprio manifestou, promovendo e organizando os cursos de Sociologia que também já mencionei, esse interesse atraiu ao GIS um conjunto — a princípio a bem dizer minúsculo, mas que depois foi sempre crescendo, embora lentamente — de jovens licenciados em diferentes ramos do saber universitário. Eram jovens licenciados em Direito, em Economia, em Engenharia, em Agronomia, em Filosofia, em Filologia Românica, em Filologia Germânica, em História, em Política Ultramarina, etc. Todos esses jovens, tendo embora preparações universitárias de base completamente diferentes umas das outras e completamente diferentes da Sociologia, estavam interessados por igual em adquirir uma boa formação sociológica e em dedicar-se profissionalmente à Sociologia. A partir de 1969, o que de mais importante aconteceu no GIS foi a congregação nele destes jovens e o facto de, mau grado serem portadores de tão diversas e díspares preparações escolares, terem de facto conseguido adquirir no GIS uma boa habilitação em Ciências Sociais, reconvertendo-se em sociólogos.

A *Análise Social* foi para eles, além de um veículo precioso e prestigioso de expressão pública, um permanente estímulo a traduzir em textos destinados a publicação os resultados dos seus estudos, das suas indagações, das suas reflexões teóricas, metodológicas e epistemológicas e dos seus trabalhos de pesquisa acerca de realidades sociais portuguesas. Tudo isso influenciou largamente o conteúdo da *Análise Social*, que se foi tornando assim uma revista cada vez mais caracteristicamente de Ciências Sociais. Mas tudo isso significou, igualmente, que se constituiu no GIS um grupo disponível e competente para o ensino universitário das Ciências Sociais.

Quando o Prof. Pinto Barbosa me chamou para o ISCEF, eu aceitei porque podia contar com a colaboração desse grupo. Eu fui para o ISCEF como professor, eles foram como meus assistentes. E depois, quando tive de deixar o ISCEF para mais me poder dedicar ao ISCTE, de novo fui como professor, e eles como meus assistentes. Guardo desses tempos, dos tempos em que trabalhei com eles na preparação das minhas lições, e das aulas deles, sobretudo de quando o fiz para ensinar no ISCTE, guardo desses tempos, dizia, uma das melhores memórias da minha vida profissional. Os planos dos estudos no ISCTE incluíam várias disciplinas de Ciências Sociais, e não já apenas uma ou duas, como na atribulada reforma do ISCEF. Fui eu quem elaborou esses planos e os propôs. Fui eu quem deu, a algumas das cadeiras neles incluídas, nomes bizarros que disfarçavam sociologias. Já atrás disse que o Regime deposto no 25 de Abril resistiu até ao fim à Sociologia. Mesmo com esses nomes bizarros, não consegui que passassem todas as disciplinas que eu queria ver integradas nos planos de estudos que propusera: algumas foram cortadas ou completamente desfiguradas.

No ISCTE haveria uma licenciatura em Organização e Gestão de Empresas, como ainda hoje há, e uma licenciatura em Ciências do Trabalho, estranha designação adoptada pelo Ministro Veiga Simão, sob a qual no entanto me acobertei para esconder o meu próprio propósito de que se tratasse, quanto possível, de uma licenciatura em Sociologia. Até ao fim, tive de usar

de estratégias e de ocultar as minhas verdadeiras intenções. O disfarce tornou-se, porém, inútil quando a Revolução fez cair, naquela manhã de Abril, o Estado Social. E a tal ponto os docentes que para lá levava, e os alunos que os ouviam e me ouviam, desejavam Sociologia, que prontamente, em assembleia geral de Escola, o curso de Ciências do Trabalho foi reconvertido em curso de Sociologia. Foi a primeira institucionalização universitária da Sociologia em Portugal, que mais tarde, já em termos de legislação pós-revolucionária, um decreto do Ministro Sottomayor Cardia havia, por insistência minha, de confirmar. Aquela pronta reconversão só foi possível porque no ISCTE estavam os sociólogos do GIS, os sociólogos que no GIS estavam a formar-se como sociólogos. A esses vieram, dentro de pouco tempo, juntar-se outros, regressados do exílio. Mas foi do núcleo do GIS que tudo partiu. Sem o GIS, o ISCTE não seria o ISCTE, pelo menos não seria o ISCTE que conhecemos. Do GIS haveria de nascer, bastante depois, o I.C.S. De modo que o ISCTE, na parte de Ciências Sociais, e o I.C.S. são dois ramos da mesma árvore, de uma árvore cuja semente foi lançada ao chão quando, em fins de Janeiro de 1963, saiu o n.º 1 da *Análise Social*.

O processo da institucionalização universitária da Sociologia começou, portanto, sob bons auspícios, graças aos sociólogos do GIS. Não devo calar este facto por falsa modéstia, até porque o mérito não foi meu, mas daqueles que conseguiram, em tempo assaz breve, preparar-se bem no GIS como sociólogos. Alguns, de resto, desistiram pelo caminho, tanto este lhes pareceu espinhoso. Depois, porém, o processo entrou por vias muito infelizes. A princípio com vagar, mas a partir de certo momento com grande pressa, os ensinamentos, os cursos, as licenciaturas em Sociologia multiplicaram-se por todo o País. Para quem, como eu, e já o disse, vem de tempos, nem sequer propriamente longínquos, em que ninguém queria Sociologia, muito menos as Universidades, a corrida nacional universitária à Sociologia, que se desencadeou entre nós, tem aspectos surpreendentes. É uma corrida acerca da qual não se vislumbra, à primeira vista, que metas ou objectivos tenha em vista. Depois, descortina-se que não tem finalidades e é apenas efeito, à escala macrossocial, de estratégias de poder e prestígio operantes à escala de Escola ou de Universidade, assim como da inexistência de uma política governamental para o sector. Disciplinas periféricas de Ciências Sociais, enclavadas em Escolas de outros ramos do saber, conferiam aos seus docentes, precisamente porque periféricas, escasso prestígio e poder; os seus docentes quiseram, portanto, vê-las passar, e ver-se com elas a si próprios passar, da periferia para o centro nas respectivas Escolas; lutaram por isso, e conseguiram, jogando com emulações e rivalidades inter-regionais, torná-las de facto centro de novas licenciaturas, não interessando evidentemente se necessárias. Além disso, cada uma das várias Universidades, ansiosa por prestigiar-se localmente, reforçar a sua influência regional e crescer o seu peso institucional perante as demais Universidades, foi sucessivamente «descobrimo», a partir de alguma que primeiro a «descobriu», a facilidade que a Sociologia lhe proporcionava de se apresentar rapidamente (pois que se entende que uma licenciatura em Sociologia se «faz» depressa), não só com «mais um» ramo do saber, mas além disso e principalmente com mais um ramo do saber «científico», supostamente capaz, portanto, de formar «técnicos» para a região, com a vantagem de o fazer a baixo custo; cada uma tratou, por conseguinte, de traduzir a sua «descoberta» em serviço a prestar à região; e o Governo,

pronto sempre e pressuroso a ir ao encontro de «interesses regionais», e ainda por cima satisfeito por a Sociologia ser «barata», não tardou a aceitar e aprovar a criação das almejadas licenciaturas, umas após as outras, sem nenhuma política sectorial de conjunto.

Eis como e porquê se desencadeou e desenrolou tão insensata correria, uma correria que se fez dispersando e dissipando os escassos recursos materiais e humanos de que era possível dispor. O resultado está à vista: é muita a Sociologia, são muito poucos os sociólogos. Não foi, de facto, esta a Sociologia que a *Análise Social* e o GIS pugnaram por introduzir em Portugal.

Desde que as primeiras licenciaturas portuguesas em Sociologia começaram a produzir os seus licenciados, era evidentemente nas pós-graduações que importava concentrar os melhores meios disponíveis para a preparação fundamental e bem fundamentada em Sociologia e nas diversas Sociologias. Os sociólogos preparados no GIS, os que se haviam formado no estrangeiro e os melhores diplomados por aquelas licenciaturas eram, no todo, em bem pequeno número. Estavam no I.C.S., no ISCTE, na Universidade Nova de Lisboa, na Faculdade de Letras do Porto e em vários pequenos núcleos de outras Escolas e Universidades. Pós-graduações institucionalmente concertadas a nível nacional ter-lhes-iam permitido, em escala muito mais ampla e com muito maior diversificação de especializações do que cada grupo poderia por si só atingir, formar adequadamente novos sociólogos e não apenas mais licenciados em Sociologia. Ter-se-ia, desse modo, prestado bom serviço à Sociologia e ao seu ensino universitário, dotando este último de mais, e mais bem preparados, professores. Mas preferiu-se, a dirigir a corrente, segui-la. Infelizmente, a direcção e o sentido da corrente têm tido muito pouco a ver com genuíno interesse pela Sociologia.

Não há muito, dizia-me alguém com altas responsabilidades na Educação: «o senhor deve sentir-se realizado e orgulhoso; lutou no GIS pela Sociologia, e agora há Sociologia em quase todas as Universidades do País; é um triunfo!» Retorqui que não me considerava um triunfador. Primeiro, porque não é feito meu haver Sociologia em quase todas as Universidades portuguesas. Segundo, porque, se dependesse de mim, ainda não haveria Sociologia em mais de duas ou três. Queria dizer, entenda-se, que ainda não haveria Sociologia *como licenciatura*. Poderia haver, é claro, *como pós-graduação*. Com um pouco de criatividade e de imaginação seria bem possível.

14. Do 1.º GIS ao 2.º GIS: o segundo começo

Ainda uma vez, tenho de volver um pouco atrás. Até agora tenho-me referido à *Análise Social* e ao GIS acoplando-os constantemente. Na realidade, as coisas não se passaram assim. Já disse que a *Análise Social* foi no começo uma revista de estudos sociais e que depois se tornou numa revista de ciências sociais. Foi sem descontinuidades que se passou de uma para a outra, foi seguindo uma evolução na perfeita continuidade. Com o GIS foi diferente: houve um primeiro nascimento, e depois um segundo nascimento, ou melhor: houve um 1.º GIS e depois um 2.º GIS. O 1.º GIS nasceu em 1963, já disse como. A princípio, os seus membros eram apenas cinco: Raul

da Silva Pereira, Mário Murteira, Mário Pinto, Alfredo de Sousa e eu próprio. Depois, juntaram-se-lhes Maria Manuela Silva, por algum tempo, e Mário Cardoso dos Santos, mais prolongadamente. Era um grupo que, se o vejo com olhos de agora, não posso deixar de reconhecer que era notável. Os seus membros enveredaram na vida por caminhos profissionais e políticos muito diversos, mas em todos se notabilizaram. Na altura, porém, eu não tinha consciência disso. Via-os, a eles e a mim, como um grupo de jovens com uma ideia fixa: a de fazer a *Análise Social*, para os fins que já expliquei. O grupo fez, de facto, a *Análise Social*. Todos escreviam artigos para a revista; todos juntos os discutiam meticolosamente, em reuniões certas e periódicas; todos davam à *Análise Social* outras colaborações: recolhiam e redigiam informações, traduziam ou condensavam artigos estrangeiros e sobretudo traziam outras pessoas a colaborar na *Análise Social*. Descobriam-nas e às vezes quase as perseguiram com pedidos de colaboração. Nenhum vivia do GIS, mas todos viviam, um pouco ou bastante, para o GIS. Quem mais para ele vivia era eu, porque a partir de 1964 passei a receber da Fundação Calouste Gulbenkian uma bolsa que me permitiu dedicar à *Análise Social* e ao Gabinete muito mais tempo do que qualquer dos outros. Em 1966, o valor da minha bolsa foi dobrado, e vieram juntar-se a mim outros bolseiros. Em conjunto formaram o que foi chamado Grupo de Bolseiros de Sociologia da Fundação Gulbenkian, criado pela Fundação junto do GIS. Foi deste modo que se começou a gerar o que viria a ser o 2.º GIS. Para instalar o Grupo de Bolseiros de Sociologia houve que fazer obras numa pequena arcada do velho convento do Quelhas. Fechou-se a arcada e, no espaço assim criado, passou a haver um pequeno gabinete, que era o meu, e uma salinha alongada, onde trabalhavam os outros bolseiros. O local era um pouco húmido e um pouco enterrado, mas, apesar disso, agradável. As obras foram realizadas pelo pai de José Carlos Ferreira de Almeida, que era um grande empreiteiro de obras públicas: desconfo que foram feitas quase de graça. José Carlos Ferreira de Almeida cuidou de tudo, até ao mínimo pormenor, e com o seu extremo bom gosto conseguiu criar um ambiente acolhedor, onde dava prazer trabalhar. Ali permaneceu o Grupo, ali permaneceu o embrião do 2.º GIS, durante três anos. A situação para mim tornou-se, porém, difícil. Os membros do Grupo de Bolseiros não se reconheciam membros do GIS, nem queriam ter nada a ver com o GIS: os membros do GIS eram para eles pessoas estranhas. Ora, essas pessoas eram também as que faziam a *Análise Social*; por conseguinte, a revista não era por eles sentida como sua. Reciprocamente, aqueles que tinham feito e continuavam a fazer a revista não reconheciam o Grupo como parte integrante do GIS, e não queriam ter nada a ver com aquelas pessoas desconhecidas e enfronhadas em estudos incompreensíveis, que se abrigavam sob a tal arcada. Não acreditavam que nada de útil saísse dali. Mesmo quando vieram do Grupo bons estudos nele efectuados que preencheram largo espaço no segundo volume da *Análise Social* dedicado a «A Universidade na Vida Portuguesa», continuaram a não acreditar.

Na charneira entre os dois grupos, durante três anos, estava eu e somente eu, porque era, de um lado, subdirector do GIS e da *Análise Social* e, do outro, director do Grupo de Bolseiros. Esses três anos foram complicados. Eu perguntava-me, sem saber responder, como iria aquela situação resolver-se, a que é que aquela disjunta junção iria por fim conduzir.

Entretanto, em 1968 ocorreu a morte política de Salazar. Veio o Marcelismo, e com o Marcelismo chegou ao Poder, em 1969, uma geração social e política a que eu pertencia e à qual estava muito ligado, como adiante direi. Forjei então — e também direi adiante em que circunstâncias e por que motivos — um projecto quase impensável, mas que se revelou exequível.

O projecto consistia em propor à Secretaria de Estado da Indústria, relativamente ao Instituto Nacional de Investigação Industrial, mais conhecido por INII, ao Ministério das Corporações, relativamente ao Fundo de Desenvolvimento da Mão-de-Obra, e à Secretaria de Estado do Planeamento, relativamente ao Secretariado Técnico da Presidência do Conselho — designação do actual Departamento Central de Planeamento —, o recrutamento de um certo número de técnicos superiores por mim propostos, a fim de serem imediatamente destacados para trabalhar no GIS. Contra o que, com o mais elementar bom senso, se podia esperar, o projecto foi bem acolhido, e rapidamente foi executado. Três convénios entre o GIS e cada um daqueles organismos foram firmados e homologados. Desta forma, o GIS passou a contar com cerca de dez técnicos superiores pagos pelo INII, pelo Fundo de Desenvolvimento e pelo Secretariado Técnico³. Foi deste modo que se tornou possível reunir no GIS o grupo de jovens licenciados, interessados em dedicar-se profissionalmente às Ciências Sociais, cuja pós-graduação e reconversão em sociólogos foi, a partir de 1969, objectivo prioritário do GIS, conforme disse atrás.

Ainda hoje, tantos anos decorridos, me custa a crer que esta operação tenha sido possível. Mas era preciso completá-la com duas outras, sem as quais de nada valeria. Podem parecer insignificantes, mas eram essenciais. A primeira era a de encontrar e sobretudo alugar instalações adequadas, que já não podiam evidentemente ser as da pequena arcada no convento do Que-lhas. Um rés-do-chão amplo na Rua de Miguel Lúpi foi alugado, onde ainda hoje permanece instalada uma parte do I.C.S. É quase ridículo, mas o aluguer desse rés-do-chão representou um risco financeiro muito considerável para as restritas e incertas finanças do GIS. Felizmente, o Prof. Pires Cardoso aceitou corê-lo. A segunda operação indispensável era equipar devidamente as novas instalações, para o que o GIS não tinha dinheiro. Veio em auxílio do GIS, nesta última operação, o Instituto de Alta Cultura, antecessor do actual INIC. Por detrás deste auxílio creio que esteve, porém, o Ministro da Educação, o Prof. Veiga Simão. Foi assim possível instalar con-

³ Esta construção periclitante manteve-se de pé até à queda do velho Regime. Depois do 25 de Abril desenvolveu-se, porém, na Administração Pública, uma tal movimentação de rebusca de irregularidades e favoritismos eventualmente praticados por altos funcionários do Estado, que entendi não dever expor aqueles que haviam ajudado o GIS ao risco de sofrerem represálias pela ajuda que lhe tinham prestado. Pedi por isso aos investigadores do GIS que eram funcionários do INII, do Fundo de Desenvolvimento e do Secretariado Técnico que rapidamente se demitissem dos seus cargos nesses organismos, o que todos fizeram. Desse modo, o GIS regressou à pureza da sua forma primitiva. Pouco tempo depois, ainda em 1974, essa forma foi porém alterada para muito pior: o ISE decidiu unilateralmente cortar a ligação com o GIS, o que deixou o GIS despojado de qualquer existência jurídica enquanto organismo público. Passou a ser um mero conjunto informal de particulares, tão informal e tão particular como um grupo de amigos que vão todas as quintas-feiras almoçar a determinado restaurante... Ainda hoje estou para compreender os motivos da estranha decisão do ISE.

dignamente, e mesmo com certo desafogo, o novo pessoal de investigação do GIS. E foi este o segundo nascimento do GIS — ou antes: aqui e assim, nasceu o 2.º GIS.

Do 2.º GIS não fez efectivamente parte nenhum dos membros do 1.º GIS, a não ser eu. Gradualmente, os outros, os fundadores do 1.º GIS e da *Análise Social*, foram-se retirando para segundo plano, tornaram-se em apenas colaboradores da revista. O novo GIS manteve-os como redactores permanentes da *Análise Social*, a quem incumbia somente escrever, de tempo a tempo, um artigo para a revista. Assim se mantiveram as relações até 1974. Nessa altura, injusta e injustificadamente, o novo GIS cortou os laços com quase todos aqueles que ainda os mantinham. Daí resultaram mágoas e ofensas que poderiam e deveriam muito bem ter sido evitadas.

Quanto ao Grupo de Bolseiros de Sociologia, dissolveu-se no seio do novo GIS. Alguns dos bolseiros da Fundação mantiveram-se como tais durante alguns anos, mas já indistintos como grupo. Os outros figuraram entre os técnicos superiores cujo indirecto recrutamento para o GIS propus ao INII, ao Secretariado Técnico e ao Fundo de Desenvolvimento.

Algo que se pudesse considerar apropriadamente um centro de investigações só começou, portanto, a esboçar-se e a prenunciar-se em 1966, com o Grupo de Bolseiros de Sociologia da Fundação Gulbenkian; e só em 1969 efectivamente se criou, isto é: seis anos depois da criação oficial do GIS e da *Análise Social*. Desta segunda criação provém o actual I.C.S., e nela se originou também a evolução que definitivamente levou a *Análise Social* a transmutar-se de revista de estudos sociais em revista de ciências sociais.

15. Nos flancos e no percurso de uma geração social desenvolvimentista

Repito: ainda hoje, tantos anos decorridos, me custa a crer que aquela inverosímil operação de 1969 tenha sido exequível. No entanto, eu sei porque o foi e vou dizê-lo.

Poderia dizer, simplistamente, que recorri aos meus amigos e que os meus amigos me ajudaram. Mas de facto não foi isso. Foi algo diferente e muito mais interessante. Eu pertenci a uma geração de jucistas que abandonaram os bancos das Universidades, trazendo os seus diplomas de licenciados debaixo do braço, entre os primeiros anos 50 e os últimos anos dessa década. Jucistas eram os filiados e militantes, jovens estudantes universitários, da Juventude Universitária Católica, a JUC, um dos organismos principais da Acção Católica Portuguesa, organização oficial do apostolado dos leigos na Igreja Católica em Portugal. A JUC tinha filiados, militantes e dirigentes agrupados por secções em todas as Faculdades e Escolas Superiores de Lisboa, Porto e Coimbra. Desde os primeiros anos 50, as suas orientações tinham mudado. Deixara de se preocupar unicamente com a formação religiosa e a espiritualidade dos seus associados e com o proselitismo puramente religioso junto dos outros estudantes, para se interessar, também e a fundo, pelos problemas sociais. Não era já tanto com o desafio ateu tradicional, como com o desafio ateu marxista, e mais especificamente comunista, que se defrontava.

Um homem de larga cultura e grande inteligência desempenhou nessa mudança papel decisivo. Foi o assistente eclesiástico da JUC, o Padre Dr. António dos Reis Rodrigues, hoje Bispo de Madarsuma. Homem de temperamento difícil mas cuja agilidade de inteligência, largueza e profundidade de cultura e juvenildade de espírito exerciam sobre os jovens universitários católicos um verdadeiro fascínio. Soube descobrir e promover líderes excelentes para a JUC e confiou neles. Levou os jovens jucistas a assumirem profundamente a importância, em perspectiva cristã, dos problemas respeitantes à sociedade. Ouvi-lo era uma revelação. Todos quantos o ouviram vieram para a vida pós-estudantil animados de vontade de mudança social.

Por outro lado, em 1953 deu-se um acontecimento muito importante. Realizou-se nesse ano, em Lisboa, o I Congresso Nacional da Juventude Universitária Católica, organizado conjuntamente pela JUC masculina e pela JUC feminina. A presidente feminina do congresso foi Maria de Lourdes Pintasilgo, o presidente masculino fui eu. Dar a exacta medida da importância que esse acontecimento teve na altura é difícil e exigiria demasiado espaço.

O Congresso reuniu mais de dois mil jovens universitários de ambos os sexos, o que nesse tempo era muito, e um grande número de professores. Tudo decorreu de forma impecável, sem falhas de qualquer espécie. Todos os trabalhos se desenrolaram com extrema seriedade e, ao mesmo tempo, em clima de grande entusiasmo. O tema era a Universidade. Foi tratado sob todos os aspectos e com base em dados resultantes de inquéritos. Toda a JUC trabalhou para os obter e os elaborar, de modo a poderem tirar-se deles conclusões. As conclusões que efectivamente se tiraram, quer dos inquéritos, quer dos demais trabalhos do Congresso, e que foram lidas na sessão de encerramento, sumariavam o que de mais completo, fundado e avançado era possível pensar acerca da Universidade em Portugal, naquele tempo. A Imprensa apercebeu-se da importância do acontecimento e noticiou-o com grandes parangonas e enormes fotografias na primeira página, apesar de o Ministro da Educação Nacional, o intrepidamente imobilista Prof. Pires de Lima, não ter gostado de muito do que lá se disse.

O Congresso marcou todo um conjunto de gerações: o das que o fizeram ou nele estiveram, o das que as precederam mas que também nele participaram, e o das que vieram depois e para as quais o Congresso foi durante anos uma referência histórica fundamental.

Foi sob a influência decisiva — moral e intelectual — do Padre Dr. Reis Rodrigues e sob a influência aglutinante do Congresso que a minha geração jucista se constituiu. Com o tempo, a recordação do Dr. Reis Rodrigues não desapareceu, mas fundiu-se com muitas outras, e a memória do Congresso, essa quase se apagou. Permaneceu, porém, o sentimento, em muitos, de ligação uns aos outros e de ligação a um projecto comum de mudança e melhoria social.

Foi desse sentimento comum que a *Análise Social* e o 1.º GIS nasceram. Todos os que criaram a revista e o 1.º GIS pertenciam a essa geração, com a excepção única de Raul da Silva Pereira, que no entanto vinha de muito perto. Foi também desse sentimento que resultou o movimento de vários ex-jucistas no sentido de ocuparem cargos de responsabilidade em organismos técnicos do aparelho de Estado, a partir dos quais pudessem, de uma forma ou outra, contribuir para a mudança e a melhoria das condi-

ções na sociedade. Três desses organismos foram, precisamente, o Instituto Nacional de Investigação Industrial, o Secretariado Técnico da Presidência do Conselho e o Fundo de Desenvolvimento da Mão-de-Obra.

Quando veio o Marcelismo, alguns dos elementos da mesma geração não alcançaram somente altos cargos técnicos, mas também altos cargos políticos na governação. Rogério Martins, como Secretário de Estado da Indústria, João Salgueiro, como Secretário de Estado do Planeamento Económico, Joaquim Silva Pinto, como Secretário de Estado do Trabalho (e, mais tarde, como Ministro), eram todos antigos jucistas da minha geração. Jucista da mesma geração era João Moura, o director do Fundo de Desenvolvimento da Mão-de-Obra. Na mesma linha, embora mais novo, situava-se João Cravinho, também antigo jucista, director do GEBEI na Secretaria de Estado da Indústria.

Acresce que a minha geração tinha entroncado, em certo momento, com outra: uma geração de antigos estudantes do Instituto Superior Técnico, quase todos portanto jovens engenheiros, que provinha de horizontes não católicos mas era portadora de preocupações sociais extremamente semelhantes às da minha geração ex-jucista. A essa geração pertenciam Eduardo Gomes Cardoso, José Torres Campos, Mário Cardoso dos Santos e Carlos Correia Gago. Pertencia-lhe também, embora marginalmente porque abandonara o I.S.T. como estudante para se dedicar à Sociologia, José Carlos Ferreira de Almeida, integrado no Grupo de Bolseiros de Sociologia. Esta geração de jovens engenheiros concentrou-se, a princípio, no Serviço de Produtividade do INII. Depois, alguns foram irradiando daí para outros altos cargos técnicos. José Torres Campos veio a ser director do INII; Carlos Correia Gago, director do Secretariado Técnico da Presidência do Conselho.

Os homens oriundos da minha geração ex-jucista, que já então aliás não se definiam a si mesmos como católicos, e os homens provenientes desta geração de jovens engenheiros sentiam-se, de facto, em estreito acordo uns com os outros quanto ao que pretendiam da sociedade. Queriam desenvolvimento. E queriam que a sociedade mudasse por se desenvolver e para se desenvolver. Desenvolvimento era a palavra-chave e a ideia central do seu discurso social. No entanto, não queriam desenvolvimento só pelo desenvolvimento. Queriam-no para o progresso e a justiça social. E desenvolvimento, a princípio para eles sinónimo de desenvolvimento económico, era sem dúvida crescimento da economia, mas igualmente maior igualdade social, sindicalismo livre, liberdades públicas, instituições democráticas e aumento e difusão da cultura. No fundo, desenvolvimento era para eles outro nome de modernidade. Podiam dizer-se desenvolvimentistas pelo seu discurso e pelos seus conceitos. Mas melhor se diriam modernizadores.

Foi vendo colocados nos postos-chave de que dependeria a sua hipotética realização os homens destas duas gerações sociais entrecruzadas e até certo ponto confundidas, a uma das quais eu mesmo pertencia, que eu concebi o meu plano de 1969. Tentara antes — apresentando sucessivos projectos ao Ministério da Educação Nacional, directamente ou através do Instituto de Alta Cultura, o INIC desse tempo — obter a criação, com base no GIS e no Grupo de Bolseiros de Sociologia, de um instituto ou centro de investigações sociais com estatuto legalmente definido e apropriado. Em 1969 estava desiludido de chegar a tempo e a bom termo por esse caminho — e tinha razão, pois que só em 1982, com a criação do Instituto de Ciências

Sociais, se chegou lá. Mas não estava apenas desiludido, estava perante a ameaça iminente de ver, tudo o que fizera, ruir. Os membros do 1.º GIS, cada vez mais absorvidos pelas suas ocupações profissionais, estavam dia a dia menos disponíveis para o trabalho no Gabinete e na *Análise Social*. E o Grupo de Bolseiros de Sociologia estava a atingir o limite do prazo estabelecido pela Fundação Gulbenkian, na presunção de que a partir dessa data o Estado tomaria conta dele. Em desespero de causa, pensei que talvez o que, manifestamente, não podia alcançar-se a tempo por acto formal de criação de um centro ou instituto pudesse ser atingido, transitariamente, por via indirecta e informal, mediante um feixe de convénios — o feixe que atrás referi.

Armado do meu plano, fui pois ter com os homens que conhecia daquelas gerações, expus-lhes a situação do GIS, expus-lhes o meu plano. Compreenderam-no imediatamente, creio que falaram uns com os outros acerca dele e decidiram dar o apoio necessário. Ao decidirem o que decidiram, decidiram de facto a criação do 2.º GIS. O mais empenhado na realização do plano, é justo que o diga, foi João Moura, o director do Fundo de Desenvolvimento da Mão-de-Obra.

Eis porque não digo, pura e simplesmente, que recorri aos meus amigos para me ajudarem e que eles me ajudaram. Numa certa perspectiva, foi isso o que se passou: eles eram, de facto, meus amigos e ajudaram-me. Numa outra perspectiva, que é a certa, não foi isso o que aconteceu. Os meus amigos não decidiram o que decidiram por serem meus amigos, mas para viabilizarem a criação informal de um organismo de investigações sociais. Como me disse um deles, «já há organismos para investigar quase tudo, só não há um organismo de investigações sociais». Houve, além disso, um factor que pesou muito na sua decisão: o nível, o interesse e o prestígio da *Análise Social*.

Importa, no entanto, que se entenda bem um ponto fundamental. Não houve nesta geração social a que pertenci e pertenço, nenhum oculto pensamento comum, muito menos qualquer oculta estratégia comum, de conquista do Poder. O que houve foi um projecto comum — persistente e insistente — de contribuir para o desenvolvimento e para a mudança social. Em alguns, esse projecto veio a tomar a forma de intuito revolucionário social. Na imensa maioria, porém, nunca ultrapassou a busca de mais ou menos extensas e profundas reformas na sociedade. E se um ou outro teve pessoais ambições de Poder e desenvolveu estratégias próprias para ter acesso ao Poder, teve-as e desenvolveu-as por sua própria conta e risco. A geração não o apoiou.

Certos homens e mulheres da minha geração social alcançaram efectivamente, já o mostrei, altas posições de Poder técnico ou político no aparelho do Estado. Em geral, exerceram nelas o Poder em termos de ética de serviço, não em termos de lógica de dominação e de lógica das vantagens que advêm do Poder. Eram homens e mulheres de uma dessas gerações improváveis que às vezes surgem na História das sociedades, gerações que cortam subitamente, sem que se possa saber ao certo porquê, a corrente das gerações anteriores, e que depois vêm a encontrar-se, por sua vez, cortadas das gerações que se lhes seguem. Neste caso, sabe-se quando se deu a ruptura com as gerações ulteriores. O acontecimento-corte foram as eleições presidenciais de 1958, aquelas a que Humberto Delgado concor-

reu. Os que, situando-se numa linha católica, eram então mais novos, ou aprofundaram de repente o radicalismo perante os mais velhos, ou entenderam que o progressismo destes abria de par em par as portas ao comunismo. Desde logo, tanto pela esquerda como pela direita, a geração foi ultrapassada: de um lado e do outro começou a não ter continuadores.

Mas esta geração social, que espalhou muita gente notável e competente por todos os domínios da vida social e da Cultura no nosso País, era em determinado aspecto, que veio a revelar-se de importância decisiva para o seu destino, incompetente. Do mundo estrito e quase fechado da JUC dos anos 50, os jucistas saíam para a vida, salvo excepções muito excepcionais, inteiramente ignorantes e inexperientes quanto à vida política. Na Universidade, participavam muito pouco nas lutas pelo Poder das Associações de Estudantes: não adquiriam, portanto, quase nenhum treino em actividade política. Cá fora, depois de formados, tudo os inclinava, e até forçava, a continuarem desconhecedores das formas e regras da vida política. De facto, a actividade política apenas se desenrolava entre os muitos poderosos, nas altas esferas do Regime, ou então entre os clandestinos e reprimidos, nos subterrâneos sociais. Ignorantes da vida política saíam da JUC e da Universidade, e ignorantes ficavam. O que a JUC lhes inculcava com força era o dever de máxima competência e consciência na actividade profissional; além disso, um ideal de mudanças da sociedade para melhor. Muitos foram e são, por este motivo, profissionais extremamente competentes, dotados duma consciência profissional inexcusável. E também por este motivo, muitos têm pela vida fora pensado e dito insistentemente o que, em seu entender, precisa de ser mudado e reformado na sociedade portuguesa, ou têm lutado para que se introduzam as mais diversas reformas nos mais diferentes campos da vida nacional. A sua incapacidade política condenou, porém, esta geração a muitos e frequentes desaires. O que à partida trazia consigo ao País, a promessa que em jovem parecia que iria cumprir, deveria em princípio ter-lhe permitido muito mais êxitos do que realmente obteve: o imobilismo e a impermeabilidade a «ideias novas» do antigo Regime não explicam tudo. E quando veio a Revolução, e depois a Democracia, esta geração como que ficou desorientada, sem saber o que fazer: foi rapidamente suplantada por gerações mais jovens que, por toda a parte, conquistaram e assumiram o Poder, bem treinadas como estavam para se apossar dele.

Esta é, se me posso exprimir assim, a dimensão histórica em que se inscrevem a *Análise Social* e o GIS, o 1.º GIS e o 2.º GIS, o 2.º GIS e o I.C.S., pois que não haveria I.C.S. sem o 2.º GIS⁴.

⁴ O prosseguimento e a continuidade da evolução que levou do 2.º GIS ao I.C.S. estiveram, no entanto, várias vezes em risco. O momento de maior risco foi, sem dúvida, o que se seguiu de perto ao 25 de Abril, quando esteve a ponto de acontecer o que o velho Regime não tinha ousado: extinguir o GIS. Por um lado, todos os investigadores do GIS remunerados desde 1969 pelo INII, pelo Fundo de Desenvolvimento de Mão-de-Obra e pelo Secretariado Técnico da Presidência do Conselho ficaram de súbito a cargo do próprio GIS. Por outro lado, todos os subsídios provenientes de diversos organismos (sobretudo o Fundo de Desenvolvimento da Mão-de-Obra, a Junta de Acção Social e o ISE) que alimentavam as parcas finanças do GIS cessaram, também de súbito e por diferentes motivos, de ser recebidos. Recorri então à modesta reserva que prudentemente o Prof. Pires Cardoso tinha conseguido amealhar ao longo dos anos e propus ao recém-criado Conselho Directivo reduzir em 50% os ordenados dos investigadores

16. *Histórias, uma história e a História*

Uma geração social tem vindo, há perto de quarenta anos, a atravessar longitudinalmente a História portuguesa.

Foi uma geração de crentes católicos, mas não de crentes hirtos e fanáticos que se sentissem compelidos pela sua fé e pelos seus ideais a renunciar aos agradáveis bens deste mundo. Em geral, eram homens e mulheres que se instalaram bem na vida e começaram desde cedo a ganhar bem. Mas eram homens e mulheres portadores, como se dizia no seu tempo de estudantes, da «mística» de servir bem o seu País.

Achavam que a melhor maneira, e a mais justa, de «amar o próximo» era melhorar-lhe as condições sociais de existência. Detestavam, por isso, e ridicularizavam, as «obras de caridade» e queriam que a sociedade fosse, para todos, cada vez melhor. Nisso precisamente diferiam das gerações católicas precedentes, e nisso se consideravam a si mesmos diferentes e em ruptura com elas. Diziam muitas vezes uns aos outros que com eles começava um cristianismo novo. Um cristianismo novo não terá começado, mas começou uma nova geração social.

É desde há muito ínfimo, no GIS-I.C.S. e entre os que escrevem na *Análise Social*, o número dos que provieram desta geração. Desde o princípio no 2.º GIS foram, aliás, minoria muito pequena. Mesmo esses não se consideram hoje, creio, parte dela, a tal ponto são agora para eles mais valiosas outras afinidades e outras referências. No entanto, foi nos flancos desta geração social e no sulco do seu movimento no tempo que a *Análise Social* e o GIS-I.C.S. tiveram o seu primeiro nascimento e depois o segundo, para contudo serem independentes dela.

Todos — isto é: a geração, que prosseguiu o seu caminho e agora envelhece, a revista, que continuou na sua via própria, e o Instituto, que ainda não alcançou a maturidade —, todos agora atingem um mundo de novos reptos e de novas necessárias respostas. Um mundo que o n.º 1 da *Análise Social* não previu.

Do n.º 1 ao n.º 100: caminho longo? caminho curto? Tanto já se andou, decerto. Mas sempre se tem de voltar ao começo.

Histórias, uma história, a História. Eis ...

e suspender a publicação da *Análise Social*, a fim de ganhar tempo e evitar a dissolução do GIS. Simultaneamente, assediou a Secretaria de Estado da Investigação Científica, a Prof.^a Maria de Lourdes Belchior, com pedidos urgentes de financiamento e projectos de institucionalização rápida do Gabinete. Um dia, ela desesperou: disse-me que desistia de resolver o assunto e que o ia entregar nas mãos do Ministro, o Prof. Vitorino de Magalhães Godinho. O Ministro encontrou rapidamente a solução de emergência necessária: o GIS foi subsidiado através da Inspeção do Ensino Superior Particular. E foi assim, subsidiado pelo Ministério da Educação, através dessa Inspeção, que o GIS viveu até à criação, em 1982, do I.C.S.. Tenho gosto em deixar assinalado aqui o papel decisivo que, nesse momento grave, o Prof. Magalhães Godinho desempenhou na sobrevivência do GIS.